



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura

# Relatório jurídico sobre a abordagem ecossistémica às pescas em Moçambique

Uma análise da abordagem ecossistémica às pescas em políticas e  
legislação nacionais seleccionadas de Moçambique

Relatório n.º 56 do Programa EAF-Nansen da FAO  
EAF-N/PR/56 (Pt)

A large, stylized graphic in shades of blue occupies the bottom half of the page. It features several wavy lines representing water or waves, with several small circles scattered throughout, resembling bubbles or fish. In the bottom right corner, there is a dark blue rectangular box containing the text 'RELATÓRIO DO PROGRAMA' in white capital letters.

RELATÓRIO DO PROGRAMA

## O PROGRAMA EAF-NANSEN

O Programa EAF-Nansen intitulado «Apoio à aplicação de uma abordagem ecossistémica de gestão das pescas tendo em consideração os impactos climáticos e de poluição» apoia países parceiros e organizações regionais na África e na Baía de Bengala, na melhoria da sua capacidade de gestão sustentável das pescas e outros usos dos recursos marinhos e costeiros, através da implementação da Abordagem Ecossistémica às Pescas (AEP), tendo em conta os impactos climáticos e da poluição.

O Programa é executado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em estreita colaboração com o Instituto de Investigação Marinha (IIM) de Bergen na Noruega, e financiado pela Agência norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad). Este Programa constitui a fase atual do Programa Nansen, que teve início em 1975.

O Programa tem por objetivo melhorar a segurança alimentar e nutricional das populações dos países parceiros através da pesca sustentável. O programa assenta em três pilares – a Ciência, a Gestão das Pescas e o Desenvolvimento de capacidades – e apoia os países parceiros na gestão das pescas de acordo com os princípios da AEP, através de pareceres de gestão relevantes, oportunos e baseados em evidências, bem como da melhoria das suas capacidades humanas e organizacionais de gestão sustentável das pescas. De acordo com os princípios da AEP, o Programa adota um âmbito alargado, tendo em consideração o grande número de impactos que as atividades humanas, e até mesmo os processos naturais, têm sobre os recursos e os ecossistemas marinhos, nomeadamente a pesca, a poluição, a variabilidade climática e as alterações climáticas.

Um novo navio de investigação ultramoderno, o *Dr Fridtjof Nansen*, faz parte integrante do Programa. O trabalho científico do Programa é orientado por um plano científico completo que abrange um grande leque de domínios de investigação e que visa produzir conhecimento destinado a fundamentar as decisões políticas e de gestão.

O Programa trabalha em parceria com os países, organizações regionais, outras agências das Nações Unidas, bem com outros projetos e instituições parceiras.

# **Relatório jurídico sobre a abordagem ecossistémica às pescas em Moçambique**

**Uma análise da abordagem ecossistémica às pescas em políticas e  
legislação nacionais selecionadas de Moçambique**

**Por Julia N. Nakamura, Teresa Amador e Arnaldo Bernardo**

**Relatório n.º 56 do Programa EAF-Nansen da FAO  
EAF-N/PR/56 (Pt)**

**Relatório do programa**

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA  
Roma, 2022**

Citação obrigatória:

Nakamura, J.N., Amador, T. e Bernardo, A. 2022. *Relatório jurídico sobre a abordagem ecossistémica às pescas em Moçambique – Uma análise da abordagem ecossistémica às pescas em instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados de Moçambique*. Relatório n.º 56 do Programa EAF-Nansen da FAO. Roma, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc2557pt>

As designações utilizadas e a apresentação do material neste produto de informação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre o status legal, ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade, área, ou sobre as suas autoridades competentes, ou relativas à delimitação das suas fronteiras ou limites. A menção de empresas específicas ou produtos de fabricantes que tenham sido ou não patenteados, não implica que estas tenham o endosso, ou recomendação da FAO, em detrimento de outras de natureza similar que não tenham sido mencionadas.

As opiniões expressas neste produto de informação são de responsabilidade dos seu(s) autor(es) e não são necessariamente as opiniões ou políticas da FAO.

ISBN 978-92-5-137198-5

© FAO, 2022



Alguns direitos reservados. Este trabalho é oferecido sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial- Compartilhual 3.0 IGO licence (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/legalcode>).

De acordo com os termos desta licença, o presente trabalho poderá ser copiado, redistribuído e adaptado para fins não comerciais, desde que o trabalho seja devidamente citado. Em qualquer utilização do trabalho, não deverá haver qualquer sugestão de que a FAO endosse qualquer organização, produto ou serviço específico. Não é permitida a utilização do logótipo da FAO. Se o trabalho for adaptado, o mesmo deverá estar sob a mesma licença, ou outra equivalente da Creative Commons. Se o trabalho for traduzido, a tradução deverá incluir, juntamente com a citação obrigatória, o seguinte aviso: «Esta tradução não foi realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A FAO não é responsável pelo conteúdo ou exatidão da presente tradução. A versão original, em inglês, será a edição oficial.»

Os litígios decorrentes da licença e não resolvidos amigavelmente serão solucionados por mediação e arbitragem, de acordo com o artigo 8.º da licença, salvo disposições em contrário expressas neste documento. As regras de mediação aplicáveis serão as da Organização Mundial da Propriedade Intelectual <http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules> e qualquer arbitragem deverá estar em conformidade com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

**Materiais de terceiros.** Os utilizadores que reutilizem os materiais deste trabalho que tenham sido atribuídos a terceiros, tais como tabelas, ilustrações ou imagens, serão responsáveis por determinar se uma autorização para tal reutilização é necessária e por obter a autorização por parte do detentor dos direitos de autor. As possíveis demandas resultantes da violação de qualquer parte do trabalho que pertença a terceiros serão da responsabilidade exclusiva do utilizador.

**Vendas, direitos e licenciamento.** Os produtos de informação da FAO estão disponíveis no site da FAO ([www.fao.org/publications](http://www.fao.org/publications)) e podem ser adquiridos em: [publications-sales@fao.org](mailto:publications-sales@fao.org). Os pedidos para utilização comercial devem ser encaminhados para: [www.fao.org/contact-us/licence-request](http://www.fao.org/contact-us/licence-request). Envie consultas sobre direitos e licenciamento para: [copyright@fao.org](mailto:copyright@fao.org).

## Resumo

Legislar de acordo com a abordagem ecossistémica às pescas (AEP) é uma tarefa complexa devido à natureza holística da AEP, que envolve múltiplos fatores subjacentes aos aspetos sociais, económicos, ambientais e institucionais da sustentabilidade das pescas. Estes fatores incluem a integração de ecossistemas, os riscos, a colaboração intersetorial, a investigação, os processos participativos, a monitorização, controlo, vigilância e execução, entre outros. Com o objetivo de analisar a forma como a AEP está a ser implementada através dos quadros políticos e jurídicos nacionais, a FAO elaborou [\*Uma ferramenta de diagnóstico para a implementação de uma abordagem ecossistémica às pescas através de quadros políticos e jurídicos.\*](#)

O presente relatório jurídico sobre a AEP utilizou a ferramenta de diagnóstico para analisar o alinhamento de instrumentos políticos e jurídicos selecionados de Moçambique com a AEP. Esta análise examinou em que medida 82 requisitos legais da AEP, considerados como sendo os requisitos mínimos a incluir na atividade legislativa em prol da AEP, se encontram refletidos nas políticas e legislação de Moçambique relevantes para o setor das pescas do país e para outros setores pertinentes (como o ambiente, a fauna selvagem, os ecossistemas e os assuntos marítimos). Com base neste diagnóstico preliminar, foram identificadas lacunas nos instrumentos analisados e formuladas recomendações com vista a melhorar a implementação da AEP.

O presente relatório foi elaborado seguindo uma abordagem participativa, que contou com o envolvimento das autoridades nacionais competentes de Moçambique. Elaborado em julho de 2021, o relatório foi apresentado pela primeira vez às autoridades nacionais de Moçambique em outubro de 2021. Foi posteriormente revisto em face da adoção, por Moçambique, de novos instrumentos jurídicos relevantes, tendo sido novamente apresentado às autoridades nacionais em junho de 2022. O Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas de Moçambique (MIMAIP) aprovou o presente relatório jurídico da AEP de Moçambique em setembro de 2022.



# Índice

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>vii</b>
<b>Abreviaturas e acrónimos .....</b>	<b>viii</b>
<b>1. Introdução: Legislar de acordo com a abordagem ecossistémica às pescas .....</b>	<b>1</b>
1.1 Uma ferramenta de diagnóstico para a implementação da abordagem ecossistémica às pescas através de quadros políticos e jurídicos nacionais .....	1
1.2 Instrumentos internacionais juridicamente vinculativos e juridicamente não vinculativos relevantes para uma abordagem ecossistémica às pescas .....	1
<b>2. Relatório jurídico sobre a abordagem ecossistémica às pescas: análise do quadro político e jurídico de um país .....</b>	<b>3</b>
2.1 Metodologia e âmbito .....	3
2.1.1 Seleção e recolha de instrumentos políticos e jurídicos nacionais de Moçambique .....	3
2.1.2 Análise documental faseada dos instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados.....	4
2.1.3 Preenchimento da Matriz de Verificação Jurídica da Abordagem Ecossistémica às Pescas de Moçambique .....	5
2.1.4 Observações suplementares .....	6
2.1.5 Questionário Jurídico da AEP aplicado a Moçambique .....	6
2.2 Visão geral e principais conclusões .....	6
2.2.1 Política das pescas.....	6
2.2.2 Legislação primária sobre as pescas .....	10
2.2.3 Legislação secundária sobre as pescas .....	11
2.2.4 Legislação primária de outros setores .....	16
2.2.5 Legislação secundária de outros setores .....	18
2.2.6 Informações suplementares relevantes do Ponto Focal Nacional da AEP .....	21
<b>3. Conclusão .....</b>	<b>23</b>
3.1 Principais lacunas identificadas nos instrumentos políticos e jurídicos analisados .....	23
3.2 Nível de alinhamento dos instrumentos políticos e jurídicos analisados com uma abordagem ecossistémica às pescas .....	23
3.3 Considerações finais e proposta de via a seguir .....	24
<b>4. Referências .....</b>	<b>26</b>
<b>Apêndice A. Lista de instrumentos políticos e jurídicos nacionais analisados no âmbito do relatório .....</b>	<b>27</b>
<b>Apêndice B. Matriz de Verificação Jurídica da Abordagem Ecossistémica às Pescas aplicada em relação aos instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados .....</b>	<b>29</b>

## Tabelas

<b>Tabela 1.</b>	Situação de Moçambique relativamente aos instrumentos juridicamente vinculativos selecionados, relevantes para a AEP .....	2
<b>Tabela 2.</b>	Resumo da análise faseada .....	4
<b>Tabela 3.</b>	Significado dos símbolos utilizados no preenchimento da Matriz de Verificação Jurídica da Abordagem Ecológica às Pescas .....	5
<b>Tabela 4.</b>	CrITÉrios para determinar o nível de alinhamento dos instrumentos analisados com a AEP .....	23



## Agradecimentos

O presente Relatório Jurídico sobre a AEP é um produto do Serviço de Direito para o Desenvolvimento da FAO (LEGN), em colaboração com a Equipa de Avaliação e Gestão (NFIFM) da Divisão das Pescas e Aquicultura da FAO e o Programa EAF-Nansen. O financiamento para os projetos «Reforço da base de conhecimentos e implementação de uma abordagem ecossistémica à gestão das pescas marinhas nos países em desenvolvimento (EAF-Nansen GCP/INT/003/NOR)» e «Apoiar a aplicação de uma abordagem ecossistémica da gestão das pescas tendo em consideração os impactos das alterações climáticas e da poluição (EAF-Nansen GCP/GLO/690/NOR) foi concedido pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD). A FAO expressa o seu agradecimento à Norad por este auxílio.

O projeto inicial do presente Relatório Jurídico sobre a AEP foi elaborado por Julia Nakamura, sob a supervisão e contribuição técnica de Pio Manoa, tendo sido objeto de uma revisão exaustiva por Teresa Amador. Foram ainda introduzidas melhorias através dos contributos e comentários dos participantes de uma ação de formação interna simulada da FAO, realizada via Internet em abril de 2020, no âmbito da qual a metodologia e o âmbito foram clarificados. Cabe-nos também agradecer a Blaise Kuemlangan, Buba Bojang e Minmin Lei do LEGN, Merete Tandstad do NFIFM, às pessoas que participaram na formação simulada e aos restantes colegas da FAO que apoiaram a elaboração deste Relatório Jurídico sobre a AEP. Este Relatório Jurídico sobre a AEP foi traduzido de inglês para português por Teresa Bettencourt.

O presente Relatório Jurídico da AEP beneficiou também dos importantes contributos do Instituto Oceanográfico de Moçambique, da Administração Nacional da Pesca I.P, e da Direcção Nacional de Políticas Marítima e Pesqueira, órgãos do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas de Moçambique, que coordenou a inteiração no âmbito do workshop regional. Estas entidades facultaram informações suplementares de grande relevância para o presente relatório. Expressamos também o nosso agradecimento aos delegados de Moçambique pela participação no *Quinto workshop regional virtual sobre a Utilização da Ferramenta de Diagnóstico para a Implementação da AEP a partir de quadros políticos e jurídicos* (26–29 de abril de 2021) e pela prestação de informações complementares de relevância para a presente análise.

## Abreviaturas e acrónimos

ADNAP	Administração Nacional da Pesca (de Moçambique)
AEP	abordagem ecossistémica às pescas
AMP	área marinha protegida
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação (de Moçambique)
CNAP	Comissão Nacional de Administração Pesqueira (de Moçambique)
DNGRH	Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (de Moçambique)
EIA	estudo de impacto ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IMAF	Instituto do Mar e Fronteiras (de Moçambique)
IMO	Organização Marítima Internacional
INAMAR	Instituto Nacional do Mar (de Moçambique)
INATUR	Instituto Nacional do Turismo (de Moçambique)
INN	(pesca) ilegal, não declarada e não regulamentada
INoM	Instituto Oceanográfico de Moçambique
IP	Instituto Público
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (de Moçambique)
MCSE	monitorização, controlo, fiscalização e execução
ONG	organização não governamental
ORGP/M	organização regional de gestão das pescas e/ou mecanismo
OSC	organizações da sociedade civil
PGP	plano de gestão da pescaria
PCLF	Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial (de Moçambique)
POEM	Plano Nacional de Ordenamento do Espaço Marítimo (de Moçambique)
POLMAR	Política e Estratégia do Mar
TAC	total admissível de capturas
VMS	sistema de monitorização das embarcações

# 1. Introdução: Legislar de acordo com a abordagem ecossistémica às pescas

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) promoveu a implementação da abordagem ecossistémica às pescas (AEP) através de várias atividades realizadas ao longo das últimas décadas (FAO, 2019), muitas das quais no âmbito do Programa EAF-Nansen (FAO, s.d.). Um dos inúmeros meios ou processos através dos quais é possível implementar a AEP consiste na revisão das políticas e/ou legislação nacionais, o que proporciona ao país a oportunidade de reavaliar os respetivos quadros políticos e jurídicos, identificar as lacunas e/ou necessidades de melhoria e apresentar recomendações para a promulgação de novos instrumentos políticos e/ou jurídicos para a AEP e/ou alterar os existentes de modo que estejam devidamente alinhados com a AEP.

A iniciativa da FAO destinada a promover a atividade legislativa em prol da AEP foi realizada através de estudos, bem como do desenvolvimento de materiais e ferramentas de orientação (Skonhoft, 2011; FAO, s.d.-b; FAO, 2016; FAO, 2021a, 2021b, 2021c, 2021d, 2021e).

## 1.1 Uma ferramenta de diagnóstico para a implementação da abordagem ecossistémica às pescas através de quadros políticos e jurídicos nacionais

O produto mais recente que a FAO desenvolveu para a implementação da AEP através de quadros políticos e jurídicos nacionais intitula-se [\*Uma ferramenta de diagnóstico para a implementação de uma abordagem ecossistémica às pescas através de quadros políticos e jurídicos nacionais\*](#) (a seguir designada «Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP») e foi publicado em 2021 (FAO, 2021a, 2021b, 2021c). Esta ferramenta, que constitui a base para a elaboração do presente relatório, fornece informações importantes sobre a AEP e deve ser lida em conjunto com o relatório. Estas informações relevantes incluem uma lista não exaustiva de instrumentos jurídicos internacionais que apoiam a AEP (Apêndice A da Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP), bem como uma lista não exaustiva de exemplos de instrumentos políticos e jurídicos nacionais relevantes para a AEP (Apêndice B da Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP).

O Apêndice C da Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP apresenta a Matriz de Verificação Jurídica para Avaliação e Implementação da AEP nos Quadros Políticos e Jurídicos (a seguir designada «Matriz de Verificação Jurídica da AEP»), com base na qual é possível analisar o nível de alinhamento dos quadros políticos e/ou jurídicos de um país com a AEP e as 17 Componentes da AEP (FAO, 2016).

## 1.2 Instrumentos internacionais juridicamente vinculativos e juridicamente não vinculativos relevantes para uma abordagem ecossistémica às pescas

Existem vários instrumentos internacionais juridicamente vinculativos e não vinculativos que estabelecem a AEP. O Apêndice A da Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP destaca,

numa lista não exaustiva, disposições selecionadas de instrumentos ou decisões internacionais relevantes para a AEP. Exemplos de outros instrumentos juridicamente vinculativos que promovem a AEP são as medidas de conservação e gestão aplicáveis das organizações regionais de gestão das pescas/mecanismos (ORGP/M), que também devem ser tidas em conta relativamente a cada país na análise dos seus compromissos no âmbito da AEP.

Além disso, importa referir que as disposições dos instrumentos internacionais juridicamente não vinculativos que refletem princípios do direito internacional também são juridicamente vinculativas, devendo, por conseguinte, ser tidas em consideração na análise dos quadros políticos e jurídicos nacionais.

Os Estados que são partes em convenções ou acordos multilaterais, bem como os Estados que adotam ou aprovam instrumentos internacionais juridicamente não vinculativos que refletem princípios do direito internacional, têm o dever de alinhar os seus quadros políticos e jurídicos nacionais com as obrigações decorrentes de tais instrumentos internacionais e regionais.

À luz destas considerações, a tabela 1 infra apresenta a situação atual de Moçambique no que respeita aos instrumentos juridicamente vinculativos relevantes da AEP, selecionados com base no Apêndice A da Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP.

Tabela 1. Situação de Moçambique relativamente aos instrumentos juridicamente vinculativos selecionados, relevantes para a AEP	
Instrumento	Situação
Convenção de Ramsar sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional de 1971 (Convenção de Ramsar)	Parte
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção de 1973	Parte
Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem de 1979	Parte
Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982	Parte
Convenção sobre a Diversidade Biológica de 1992	Parte
Acordo para Promoção do Cumprimento das Medidas Internacionais de Conservação e Gestão por Embarcações Pesqueiras em Alto Mar de 1993 (Acordo para a Promoção do Cumprimento)	Parte
Acordo das Nações Unidas de 1995 relativo à aplicação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar respeitante à conservação e à gestão das populações de peixes transzonais e das populações de peixes altamente migradores (UNFSA)	Parte
Acordo sobre Medidas do Estado do Porto para Prevenir, Deter e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (PSMA) de 2009	Parte

Nota: De acordo com as informações recebidas dos secretariados das convenções e acordos internacionais em maio de 2022.

Moçambique **é Parte** de todos os instrumentos juridicamente vinculativos selecionados relevantes para a AEP. Relativamente a estes instrumentos e aos instrumentos não vinculativos aprovados ou adotados por Moçambique, é importante assegurar que as disposições relevantes da AEP, destacadas no Apêndice A da Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP, sejam devidamente refletidas nos quadros políticos e jurídicos nacionais.

## **2. Relatório jurídico sobre a abordagem ecossistémica às pescas: análise do quadro político e jurídico de um país**

A Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP foi a principal ferramenta utilizada para a elaboração do presente relatório (a seguir designado «Relatório Jurídico da AEP»). A legislação e políticas nacionais selecionadas foram analisadas em função da Matriz de Verificação Jurídica da AEP.

Esta secção divide-se em duas subsecções. A subsecção 2.1 descreve a metodologia e o âmbito, incluindo a seleção dos instrumentos políticos e jurídicos nacionais relevantes para a AEP, bem como a análise dos requisitos legais da AEP constantes de tais instrumentos através do preenchimento da Matriz de Verificação Jurídica da AEP com os símbolos apresentados na tabela 3 infra. A subsecção 2.2 apresenta uma visão geral das principais conclusões, destacando algumas partes específicas dos instrumentos políticos e disposições jurídicas identificados como boas práticas no que se refere a legislar ou tratar a AEP. Além disso apresenta uma síntese das informações fornecidas por Moçambique no âmbito do questionário jurídico da AEP.

### **2.1 Metodologia e âmbito**

Compreender as complexidades, os pormenores e a ampla gama de assuntos que a AEP abrange constitui um desafio, nomeadamente devido à sua natureza holística, bem como ao contexto e prioridades de cada país. Por conseguinte, foi desenvolvida uma metodologia de análise simplificada para a aplicação da Matriz de Verificação Jurídica da AEP em relação aos instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados, que conduziu à compilação do presente relatório.

Durante a elaboração do presente Relatório Jurídico da AEP, foram contactados o Instituto Oceanográfico de Moçambique (INoM), a Direcção Nacional de Políticas Marítima e Pesqueira e a Administração Nacional das Pescas, IP (ADNAP, IP), órgãos do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas de Moçambique (MIMAIP) (a seguir designados «Pontos Focais Nacionais da AEP»). Estas entidades forneceram informações suplementares sobre a implementação da AEP a nível nacional, que foram incluídas no presente relatório.

A presente análise documental preliminar não pode, contudo, substituir uma análise pormenorizada dos quadros políticos e jurídicos nacionais a ser realizada no país.

#### ***2.1.1 Seleção e recolha de instrumentos políticos e jurídicos nacionais de Moçambique***

A principal fonte utilizada para a seleção e recolha dos instrumentos políticos e jurídicos nacionais foi a base de dados FAOLEX (FAO, s.d.-b), que inclui, além das Constituições dos países, um vasto repositório eletrónico de instrumentos políticos e jurídicos nacionais

relativos ao setor das pescas e a outros setores relevantes para a AEP, nomeadamente ambiente, mar, água, espécies selvagens e ecossistemas.<sup>1</sup>

O Ponto Focal Nacional da AEP forneceu informações relevantes que, em conjunto com as informações relevantes para a AEP disponíveis na base de dados FAOLEX, foram elencadas no **Apêndice A** e estão identificadas por uma letra e um número de referência para facilitar a citação na Matriz de Verificação Jurídica da AEP apresentada no **Apêndice B** do presente relatório. O Apêndice A e o Apêndice B devem, por conseguinte, ser lidos em conjunto.

### **2.1.2 Análise documental faseada dos instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados**

Os instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados relevantes para a AEP constantes do **Apêndice A** deste relatório foram analisados em função da Matriz de Verificação Jurídica da AEP, de acordo com as fases descritas na tabela 2 infra.

<b>Tabela 2. Resumo da análise faseada</b>		
<b>Fases</b>	<b>Instrumentos políticos e jurídicos nacionais analisados</b>	<b>Âmbito</b>
<b>1.ª</b>	<b>Política das pescas:</b> um plano, política, estratégia, plano de ação, carta de políticas relativas às pescas, aquicultura, fauna selvagem, mar e/ou oceanos, desenvolvimento sustentável, gestão e/ou conservação.	Procurar os requisitos legais da AEP, com especial destaque para as partes dos instrumentos políticos que abordam os princípios, objetivos, planos, prioridades, recomendações, estratégias e ações.
<b>2.ª</b>	<b>Legislação primária sobre as pescas:</b> código, lei ou qualquer outro tipo de instrumento de execução da política das pescas, bem como a lei geral relativa às pescas, florestas e fauna selvagem que estabelece o quadro jurídico das atividades de pesca e atividades conexas de pesca. É o principal instrumento jurídico em matéria de pescas, inclui as linhas gerais típicas e abrange amplamente os assuntos descritos na subsecção 3.1 da Ferramenta de Diagnóstico Jurídico da AEP. Importa salientar que estas linhas gerais típicas em nada prejudicam a estrutura específica da legislação primária sobre as pescas do país analisado.	Procurar os requisitos legais da AEP em cada uma das disposições da legislação primária sobre as pescas.
<b>3.ª</b>	<b>Legislação secundária sobre as pescas que implementa ou especifica a legislação primária sobre as pescas:</b> decreto, regulamento, diploma, despacho, portaria no domínio das pescas que estabelece de forma mais pormenorizada os requisitos da legislação primária sobre as pescas – no que se refere, p. ex., ao registo de embarcações de pesca, aos requisitos aplicáveis às embarcações de pesca, ao sistema de monitorização de embarcações (VMS), à investigação no domínio das pescas, aos fundos das pescas e à pesca de pequena escala.	Procurar os requisitos legais da AEP não encontrados nas partes relevantes da política das pescas nem nas disposições da legislação primária sobre as pescas.
<b>4.ª</b>	<b>Legislação primária de outro setor:</b> código ou lei sobre os setores relevantes, nomeadamente ambiente, mar, água, espécies da fauna selvagem e ecossistemas.	Procurar os requisitos legais da AEP não encontrados nas partes relevantes da política das pescas nem nas disposições da legislação primária e secundária sobre as pescas.
<b>5.ª</b>	<b>Legislação secundária de outros setores:</b> decreto, regulamento, diploma, portaria, despacho destinado a regulamentar a legislação primária de outros setores analisados na 4.ª fase.	Procurar os requisitos legais da AEP não encontrados nas partes relevantes da política das pescas nem nas disposições dos

<sup>1</sup> Não obstante a importância de determinados aspetos intersetoriais, nomeadamente associados ao género e às alterações climáticas, estes não foram considerados no presente relatório.

Tabela 2. Resumo da análise faseada			
Fases	Instrumentos políticos e jurídicos nacionais analisados		Âmbito
		instrumentos analisados.	jurídicos previamente

### 2.1.3 Preenchimento da Matriz de Verificação Jurídica da Abordagem Ecológica às Pescas de Moçambique

A Matriz de Verificação Jurídica da AEP fornece os requisitos legais da AEP, estruturados pelas 17 Componentes da AEP com base numa metodologia faseada (FAO, 2021, subsecção 2.2) e de acordo com os assuntos típicos de uma legislação sobre as pescas, sem prejuízo da estrutura particular da legislação primária das pescas de Moçambique (FAO, 2021, subsecção 3.2). No seu preenchimento, foi atribuída prioridade à análise dos requisitos legais da AEP nas políticas das pescas e na legislação primária/secundária. Neste processo, foram utilizados os diferentes símbolos apresentados na tabela 3 infra.

Tabela 3. Significado dos símbolos utilizados no preenchimento da Matriz de Verificação Jurídica da Abordagem Ecológica às Pescas		
Símbolo	Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP	
✓	Total ou suficiente	Parte(s) da política ou da(s) disposição(ões) da legislação analisadas <u>incorporam integralmente</u> o requisito legal da AEP.
Ø	Parcial ou insuficiente	Parte(s) da política ou da(s) disposição(ões) da legislação analisadas <u>incorporam parcialmente</u> o requisito legal da AEP. <sup>2</sup>
X	Nenhum ou não existente	Nenhuma parte da política ou disposição da legislação analisada incorpora plenamente ou suficientemente o requisito legal da AEP.
●	Não considerado	Não foi levada a cabo qualquer análise, pois o requisito legal da AEP foi integralmente ou suficientemente incorporado na política ou legislação <b>primária</b> relativa às pescas, ou na legislação <b>primária</b> de outro setor.
N/A	Não aplicável	O requisito legal da AEP é relevante apenas para as pescas [é o caso de todos os requisitos legais da AEP relativos à Monitorização, Controlo, Vigilância e Execução da Pesca (MCSE) e de quase todos os requisitos relativos aos processos de execução e regime sancionatório] e, por conseguinte, não se aplica à legislação de outros setores.
*	Opcional	O requisito legal da AEP é considerado como não sendo vinculativo na política e/ou legislação primária/secundária sobre as pescas e ou legislação primária/secundária de outros setores, pelo que não é expectável que o mesmo conste dos instrumentos políticos ou jurídicos analisados.

As duas últimas colunas da Matriz de Verificação Jurídica da AEP devem ser preenchidas indicando: **(i)** as partes dos instrumentos políticos e disposições jurídicas onde se encontram consagrados os requisitos legais da AEP; e **(ii)** comentários e notas explicativas adicionais pertinentes que esclareçam nuances na análise e justificações nas situações de incorporação parcial ou insuficiente dos requisitos legais da AEP. Importa sublinhar que estes comentários e notas explicativas adicionais beneficiarão de uma análise mais aprofundada durante a revisão mais detalhada da política e/ou instrumento legal a nível nacional.

<sup>2</sup> Será necessária uma análise mais aprofundada para compreender de que forma os requisitos legais da AEP preenchidos com o símbolo Ø poderão ser integralmente incorporados nos instrumentos políticos e jurídicos ou refletir eventuais contradições entre diferentes instrumentos políticos e/ou jurídicos. Tal análise não cabe, no entanto, no âmbito desta análise documental preliminar.

Os resultados desta análise são apresentados no **Apêndice B** do presente relatório, que apresenta a Matriz de Verificação Jurídica da AEP aplicada às políticas e legislação selecionadas de Moçambique.

#### **2.1.4 Observações suplementares**

Para o preenchimento do Apêndice B, algumas partes do quadro político e algumas disposições do quadro jurídico, que em determinados casos estão consagradas na Constituição de Moçambique de 2004, com revisão pontual em 2018, foram consideradas particularmente relevantes na incorporação dos requisitos legais da AEP. Estas partes e disposições jurídicas – que, sem prejuízo de outras que também possam ser relevantes, foram consideradas como sendo bons exemplos do tratamento da AEP (no caso dos instrumentos políticos) ou da legislação em prol da AEP (no caso dos instrumentos jurídicos) – foram destacadas nas principais conclusões incluídas na subsecção 2.2 infra como constituindo uma boa prática na elaboração de legislação de acordo com a AEP.

#### **2.1.5 Questionário Jurídico da AEP aplicado a Moçambique**

O Ponto Focal Nacional da AEP respondeu ao Questionário Jurídico da AEP, que foi elaborado pelo projeto com o objetivo de recolher informações suplementares relevantes do país analisado. Os resultados do questionário estão resumidos na secção infra.

Subsequentemente foram fornecidos instrumentos jurídicos complementares relevantes para a AEP os quais foram devidamente incorporados no presente relatório.

### **2.2 Visão geral e principais conclusões**

Esta subsecção apresenta uma visão geral das principais conclusões desta análise documental preliminar da AEP relativamente aos instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados de **Moçambique** apresentados no **Apêndice B**, bem como uma síntese das informações suplementares relevantes fornecidas no Questionário Jurídico da AEP aplicado a Moçambique.

#### **2.2.1 Política das pescas**

As onze políticas das pescas analisadas correspondem às identificações A1 a A11 constantes do Apêndice A. Estes instrumentos incorporam **47** dos 82 requisitos legais da AEP.

A *Política Pesqueira e Estratégias de Implementação de 1996*, elenca as principais Vantagens e Oportunidades, destacando a existência de um Plano Director das Pescas, os recursos pesqueiros inexplorados ou com baixo grau de exploração e as áreas com potencial para o desenvolvimento da aquacultura, e as principais Desvantagens e Limites no Sector Produtivo, na Gestão das Pescarias, e na Administração Pública das Pescas as quais determinam as linhas



gerais da política pesqueira e as estratégias gerais e específicas para a sua implementação (Parte I, secção 1 i) ii) e iv) e secção 2).

A Política Pesqueira está assente nos seguintes três objetivos sectoriais: melhoria do abastecimento interno de pescado; aumento das receitas líquidas em moeda convertível geradas pelo sector; e melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras (Parte II, secção 4)). Para alcançar esses objetivos são definidos princípios, que incluem que os recursos pesqueiros são propriedade do Estado (Parte II, secção 5), e é identificado o papel do Estado e do sector privado na sua prossecução (Parte II, secções 7 e 8). A Política Pesqueira define Estratégias de Implementação para, entre outros: a Pesca artesanal, designadamente que os níveis de captura e de esforço de pesca não excedam os limites de sustentabilidade dos recursos; a introdução, com o envolvimento das comunidades pesqueiras, de sistemas de gestão das pescarias artesanais em áreas onde se verifiquem níveis de pesca excessivos; e a delimitação de zonas interditas à pesca industrial e semi-industrial de forma a evitar conflitos entre os operadores dos diferentes subsectores; a Pesca semi-industrial, no tocante à sua promoção e disponibilização de quotas de pesca; a Pesca industrial, com a definição de estratégias específicas para o camarão, a gamba, a lagosta e os pelágicos e demersais com vista a melhorar a rentabilidade da utilização dos recursos pesqueiros numa base sustentável; Investigação Pesqueira; Gestão das Pescarias e Fiscalização (Parte III, secções 9-11, 17 e 19).

O *Plano de Gestão da Pescaria de Crustáceos de Profundidade para 2021-2025* (PGP) tem por base uma AEP e descreve claramente os três pilares da AEP: bem-estar ecológico, bem-estar socioeconómico e capacidade de alcançar (secção 2.1, figura 1), visando simultaneamente concretizar os seus objetivos através de uma AEP (secção 5). Este Plano prevê uma série de medidas de conservação e gestão aplicáveis à pesca de crustáceos de profundidade, incluindo o controlo do esforço de pesca e a sua monitorização; a redefinição das zonas de pesca; a avaliação dos impactos da pesca de crustáceos de profundidade nos ecossistemas (página 1264); a definição do total admissível de capturas (TAC); assegurar o funcionamento dos mecanismos de cogestão; reforçar a capacidade dos governos locais e das comunidades pesqueiras em matéria de legislação pesqueira; e melhorar a capacidade de fiscalização da pesca e o nível de participação no sistema de monitorização, controlo e vigilância (MCS) (página 1265). Além disso, relativamente a cada um dos objetivos do Plano, descreve as ações a empreender, as autoridades responsáveis e o cronograma, bem como os indicadores e os pontos de referência (páginas 1267-1276).

O *Plano de Gestão da Pescaria de Peixes Demersais de Fundos Rochosos - 2021-2025* e o *Plano de Gestão da Pescaria de Camarão de Superfície do Banco de Sofala - 2021-2025*, aprovados pelo mesmo instrumento jurídico do PGP de crustáceos de profundidade acima analisado, apresentam a mesma estrutura. Estes PGPs também se baseiam numa AEP e preveem várias medidas de conservação e gestão para as respetivas pescarias. A *Estratégia para o Desenvolvimento da Aquicultura para 2020-2030* tem como missão contribuir para a segurança alimentar e nutricional, a criação de emprego, as receitas fiscais e a balança comercial através do aumento da produção de pescado proveniente da aquicultura (secção 2.2). Esta Estratégia assenta num conjunto de princípios orientadores que incluem, designadamente, uma gestão sustentável dos recursos naturais que assegure o equilíbrio entre os interesses comunitários, públicos e privados; e a coordenação interinstitucional

(secção 2.3). Prevê a realização de um estudo de impacto ambiental estratégico para o desenvolvimento da aquicultura nas áreas reservadas (Anexo I).

*A Estratégia de Gestão do Mangal para 2020-2024* assenta na observância dos valores da sustentabilidade, equidade, transparência e participação, bem como dos princípios, nomeadamente, da gestão e utilização racional, do reconhecimento do conhecimento local, da precaução, da gestão integrada do mangal, da ampla participação dos cidadãos nessa gestão, da educação ambiental e da cooperação internacional (secção 1.1). Dada a sua natureza transversal, a implementação desta estratégia é coordenada pelo Ministério responsável pelos assuntos do mar, a quem compete designar um órgão interno transdisciplinar com a função de coordenar, harmonizar, monitorizar e avaliar a implementação da estratégia (secção 2.1). A equipa técnica deste órgão deve ser representada por um conjunto de partes interessadas, incluindo representantes de ONG e das comunidades locais (secção 2.1 e página 15).

*A Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira 2016-2025* assenta nos seguintes cinco pilares: a gestão, proteção e utilização sustentável do ecossistema de mangal; a inspeção e legislação; a capacitação e a coordenação institucional; a educação e sensibilização ambiental; bem como a investigação e a gestão do conhecimento (secção 1.3). Baseia-se em sete princípios, designadamente: utilização e gestão racional das componentes ambientais; igualdade, coesão, equidade social; prevenção e precaução; abordagem coordenada e científica; abordagem participativa; responsabilização; e cooperação internacional e operacionalização (secção 4.3). Tem como objetivo geral assegurar o equilíbrio dos ecossistemas marinhos e costeiros através do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade de vida das comunidades costeiras (secção 4.4). Define várias ações estratégicas, incluindo a implementação de mecanismos e tecnologias limpas para reduzir os efeitos poluentes de processos industriais como a aquicultura e as operações de mineração artesanal (página 33), o desenvolvimento de instrumentos orientadores para a gestão integrada da zona costeira e revisão e/ou elaboração de instrumentos jurídicos relativos à gestão da zona costeira (página 35).

*A Política e Estratégia do Mar (POLMAR) de 2017* é uma política transversal destinada a dar resposta aos desafios da economia azul que consagra um conjunto de valores relevantes, incluindo a sustentabilidade e a transparência (secção 15, alíneas b) e d)), e incorpora quase todos os princípios da AEP. Estes princípios incluem a coordenação multissetorial e multidisciplinar, que insta o Estado a promover o envolvimento harmonizado de vários setores e disciplinas cujo denominador comum é o mar (secção 15, alínea b)). Inclui também o princípio do envolvimento da comunidade, no âmbito do qual se promove e reconhece a iniciativa e a participação ativa de todos os cidadãos e autoridades tradicionais no planeamento, na tomada de decisão e no uso e conservação dos recursos marinhos e costeiros (secção 15, alínea c)), bem como os princípios da gestão integrada e da cooperação internacional (secção 15, alíneas i) e j)). A AEP enquadra-se no «princípio holístico», no âmbito do qual o Estado reconhece a inter-relação entre o espaço dos ecossistemas marinhos e costeiros, bem como a necessidade do seu tratamento equilibrado, em consonância com o princípio da precaução (secção 15, alínea g)).

Os eixos orientadores da POLMAR incluem a constituição de mecanismos e instrumentos necessários à coordenação entre as autoridades centrais, locais e municipais (secção 17, alínea c)), bem como a reparação dos danos causados aos ecossistemas marinhos e costeiros, assegurando a sua capacidade de autorregeneração (secção 17, alínea d)). Esta Política inclui sete pilares.<sup>3</sup> O pilar relativo à coordenação interinstitucional cria, entre outras linhas de política, sistemas integrados de planificação, monitorização e informação, com o envolvimento dos órgãos centrais e locais e dos municípios (secção 27, alínea b)). Além disso, cria um conselho nacional com a participação de todos os interesses e com vista a conciliar e integrar políticas, instrumentos de planificação e a coordenar a gestão integrada dos espaços marítimos, das zonas costeiras e dos recursos vivos e não vivos (secção 27, alínea c)). O pilar relativo ao ambiente marinho e costeiro incentiva, nomeadamente, a adoção de programas integrados de investigação básica e aplicada para a utilização sustentável e a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros, numa base de participação multidisciplinar e comunitária (secção 35, alínea b)). O pilar das pescas apela, entre outros aspetos: à elaboração e implementação de PGP's baseados na AEP (DC.d2); ao combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e às práticas de pesca destrutivas (DC.d3); ao envolvimento das comunidades na gestão dos recursos pesqueiros (DC.d4); e ao reforço da capacidade de fiscalização (DC.d.6). O pilar do desenvolvimento territorial apela ao Governo para que ajuste a legislação em vigor relativa ao ordenamento territorial, de modo a incluir os espaços marinhos e costeiros, tendo em conta a prevenção os conflitos de uso e de atividades (secção 75).

O *Plano Director das Pescas 2010-2019*, embora esteja desatualizado, é o instrumento que fornece as orientações gerais para os PGP's em Moçambique. Visa reforçar a contribuição do setor para a melhoria da segurança alimentar e nutricional; melhorar a qualidade de vida das comunidades de pescadores artesanais e aquicultores de pequena escala; aumentar a contribuição das pescarias e aquicultura industriais e de pequena escala para a concretização dos objetivos nacionais de desenvolvimento económico e social; bem como as contribuições do setor para a estabilidade económica do país (página 20). Especifica as componentes, os resultados esperados e os fatores externos em que assentam a pesca artesanal, a pesca semi-industrial, a pesca industrial, a aquicultura, o processamento de pescado e a administração pública das pescas. Além disso, clarifica os aspetos transversais, como as questões ambientais, áreas de conservação marinha e lacustre (páginas 34-44).

O *Plano Nacional de Acção para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada (NPOA-INN) de 2009* é de particular relevância para a MCSE. Identifica as responsabilidades de Moçambique enquanto Estado costeiro, de bandeira e do porto, bem como as responsabilidades relacionadas com o comércio. Prevê medidas que visam, nomeadamente, a análise do quadro jurídico nacional, nomeadamente no que diz respeito a: salvaguardar os direitos de pesca das comunidades locais e assegurar a sua responsabilidade na gestão dos recursos e a possibilidade de participarem na elaboração de regulamentos para a pesca local; definir três categorias de infrações pesqueiras em função do respetivo nível de

---

<sup>3</sup> Pilares: A (Governação e Quadro Legal), B (Coordenação Interinstitucional), C (Ambiente Marinho e Costeiro), D (Desenvolvimento Económico), E (Desenvolvimento Territorial), F (Desenvolvimento do Capital Humano) e G (Cooperação Internacional).

gravidade; redefinir os regimes de sanções através do estabelecimento de uma diferença máxima de 20% entre o valor mínimo e o valor máximo de cada sanção com base no valor multiplicado da licença; e estabelecer uma Unidade de MCS autónoma (páginas 305-306).

Também relevante para a MCSE é a *Política de Monitorização, Controlo e Fiscalização da Pesca e Estratégia de Implementação* de 2008, cuja visão consiste na criação, a longo prazo, de um sistema de MCS que inclua as principais pescarias de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos e a maximização dos benefícios resultantes da sua exploração. Este instrumento político visa, nomeadamente, assegurar a exploração bioeconómica sustentável dos recursos, assegurar a institucionalização de um sistema multissetorial e coerente de fiscalização das pescas, eliminar a pesca INN e consolidar a cooperação regional (páginas 311-312).

### **2.2.2 Legislação primária sobre as pescas**

A legislação primária sobre as pescas analisada corresponde à identificação B1 constante do Apêndice A e incorpora **33** dos 82 requisitos legais da AEP.

A *Lei das Pescas* contém princípios da AEP relevantes, tais como a conservação e utilização adequada dos recursos biológicos aquáticos e dos respetivos ecossistemas; o princípio da precaução; e o princípio da gestão participativa dos recursos pesqueiros e da cooperação e coordenação institucional (artigo 5.º, alíneas a), b), c) e h)). De acordo com este instrumento, a política das pescas aprovada pelo Governo deve ter em consideração, nomeadamente a monitorização e a fiscalização das atividades de pesca, bem como a gestão participativa e a valorização do saber tradicional das comunidades pesqueiras locais (artigo 8.º, alíneas b) e h)). A elaboração dos planos de desenvolvimento do setor das pescas está sujeita a um processo integrado e descentralizado que assegura a participação dos organismos sociais, profissionais e económicos ligados às atividades pesqueiras e complementares da pesca (artigo 9.º, n.º 2).

A Lei das Pescas obriga à adoção de PGP que tenham em consideração a AEP, bem como à disponibilização dos referidos planos ao público sendo a sua consulta livre (artigo 15.º). O PGP é orientado pelo Plano Director das Pescas, como se refere na Política Pesqueira analisada no subsecção 2.2.1. O primeiro PDP foi elaborado para o período de 1995-2005 e foi substituído em março de 2010 pelo PDP adotado pelo Ministério responsável pelas pescas, para o período de 2010-2019, que identifica estratégias e ações para alcançar os objetivos a médio e longo prazo do setor das pescas.

Nas águas marítimas e continentais podem ser declaradas zonas de conservação, regeneração ou restauração dos ecossistemas e de interesse socioeconómicos das comunidades, a regulamentar pelo Governo (artigo 16.º). Esta Lei proíbe a introdução nas águas jurisdicionais de Moçambique de quaisquer substâncias ou objetos tóxicos suscetíveis de causar danos ou poluir os recursos pesqueiros e a biodiversidade (artigo 17.º, n.º 1). Estão previstas medidas específicas para a promoção do desenvolvimento da pesca artesanal, incluindo a alocação de parte dos recursos financeiros do Governo, provenientes da exploração dos recursos pesqueiros, para o financiamento direto da pesca de pequena escala (artigo 20.º, n.º 2, alínea d)).

A Lei das Pescas adota um modelo de gestão participativa – cuja implementação será definida por regulamento – para assegurar, designadamente, os direitos das comunidades pesqueiras de acesso aos recursos pesqueiros e de participação na planificação e na gestão (artigo 23.º, n.º 2, alínea a)). A gestão de conflitos no exercício da pesca é abordada através de medidas de prevenção e resolução de conflitos que têm em conta, entre outros aspetos, a constituição de comissões de mediação e a adoção de medidas de aplicação das recomendações adotadas (artigo 24.º, alínea b)), bem como o envolvimento das autoridades comunitárias no âmbito dos seus deveres. São criados dois órgãos consultivos, cujos estatutos serão definidos pelo Governo (artigo 25.º): a nível central, a Comissão Nacional de Administração Pesqueira, (CNAPE) coordenada pelo Ministro responsável pelas pescas e composta por representantes dos setores do Ambiente, Turismo, Transportes e Comunicações, Defesa, Indústria e Comércio e Finanças bem como do Sector Privado e das Associações dos Pescadores, cuja forma de organização e funcionamento consta do Regulamento próprio aprovado pelo Decreto n.º 74-2021, analisado na subsecção 2.2.3; a nível local, o Comité de Cogestão de Pescas, cujos estatutos e atribuições estão em fase de definição. A Lei das Pescas estabelece ainda que toda a extensão do mar territorial até às 3 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base, é reservada exclusivamente à pesca de pequena escala, de subsistência, de investigação científica, recreativa e desportiva (artigo 27º).

Para além de um amplo regime de licenciamento das atividades pesqueiras, a Lei das Pescas estabelece que a construção e a modificação de embarcações de pesca estão sujeitas a autorização para assegurar a adequada expansão da frota (artigo 40.º, n.º 1). São conferidos amplos poderes aos agentes de fiscalização para o exercício das atividades de MCSE (artigo 72.º, n.º 2). É estabelecido um processo administrativo detalhado para a fiscalização e a aplicação de sanções por infrações de pesca, incluindo disposições sobre procedimentos cautelares, confisco de bens e direito de recurso da decisão administrativa (artigos 73.º a 109.º). As infrações de pesca são de natureza contravencional (artigo 74.º), estão sujeitas à instauração de um processo administrativo (artigo 83.º) e são classificadas, em função do respetivo grau de gravidade, como infrações muito graves (artigo 98.º), graves (artigo 99.º) e simples (artigo 100.º). No caso de reincidência, o valor da coima a aplicar duplica e é aplicada a sanção acessória correspondente (artigo 81.º). São estabelecidos critérios para determinar o montante da coima a aplicar, que incluem o tipo de embarcação de pesca, o benefício económico decorrente da infração e os danos causados ao ambiente e aos ecossistemas (artigo 88.º).

### **2.2.3 Legislação secundária sobre as pescas**

Os dezasseis instrumentos de legislação secundária sobre as pescas analisados correspondem às identificações C1 a C16. Estes instrumentos incorporam 66 dos 82 requisitos legais da AEP.

O Decreto n.º 21-2022, que aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores, baseia-se em princípios relevantes para a AEP, tais como: conservação e utilização adequada dos recursos biológicos aquáticos e dos respectivos ecossistemas; precaução; da gestão participativa dos recursos pesqueiros; cooperação e coordenação internacional, regional e transfronteiriça; e poluidor pagador (artigo 4.º, alíneas a), b), c), d), e)). Este Decreto estabelece regras e procedimentos detalhados para a gestão das pescarias nas águas

interiores, estabelecendo que os respectivos PGP's sejam elaborados com base na AEP e especificando o seu conteúdo mínimo (artigo 14.º, n.º 1). Exige, ainda, que o processo da elaboração e implementação dos PGP's seja participativo (artigo 14.º, n.º 2) e que tenha em consideração os seguintes elementos: os PGP's existentes; a realização de estudos científicos para a identificação dos recursos e ecossistemas passíveis de gestão local; a demarcação de áreas de gestão; as medidas de gestão costumeiras, incluindo aspectos culturais das comunidades costeiras, que constituem boas práticas de pesca e de preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros; e o zoneamento das áreas de pesca, de modo a evitar sobreposição com outras actividades, de que resultem conflitos (artigo 14.º, n.º 4). Medidas de gestão incluem TAC e quotas de pesca (artigos 16.º-19.º), e um sistema de gestão participativa dos recursos pesqueiros com área de pesca de gestão comunitária, bem como acordos de cogestão (artigos 20.º-23.º). O Decreto estabelece regras detalhadas para o uso de artes de pesca, incluindo a proibição de artes e métodos nocivos, e a identificação e sinalização das artes de pesca (artigos 31.º-50.º). Áreas de operação, termos e resguardo são especificadas neste Decreto, em relação à pesca artesanal (artigo 54) e semi-industrial (artigo 56), além de outras regras aplicadas às embarcações de pesca (artigos 51.º-63.º). Regras são estabelecidas para a monitorização das embarcações e fiscalização da pesca (artigos 64-67.º, 82.º-87.º). Determina também zonas de conservação de recursos pesqueiros com vistas a proteger, regenerar ou restaurar ecossistemas e recursos pesqueiros, considerando os interesses socioeconómicos das comunidades (artigos 71.º-73.º).

O Decreto n.º 99-2021, que aprova o Regulamento da Aquicultura, estabelece as regras e os procedimentos para o exercício da atividade de aquicultura e é aplicável às pessoas singulares ou coletivas nacionais ou estrangeiras que exerçam a atividade da aquicultura no território nacional e à aquicultura desenvolvida no território nacional, incluindo as águas interiores e marítimas (artigo 2.º). Este Decreto segue princípios importantes alinhados com a AEP, tais como os princípios da sustentabilidade, da precaução, da cooperação e coordenação institucional e do poluidor-pagador (artigo 3.º, alíneas a), c), d), e)). Além disso, estabelece requisitos pormenorizados que devem ser observados na realização das atividades aquícolas, classificadas como aquicultura de subsistência, artesanal, semi-industrial, industrial, experimental, de investigação, de treino e recreativa (artigo 5.º). Determina também as competências dos agentes de fiscalização no âmbito da aplicação do regulamento (artigo 50.º) e os processos relativos infrações (artigo 53.º).

O Decreto n.º 88-2021, que cria o Instituto Nacional do Mar (INAMAR, IP), prevê que a tutela sectorial do INAMAR é exercida pelo Ministro que superintende as áreas do mar, águas interiores e pescas (artigo 4º, n.º 1). As atribuições do INAMAR incluem: o exercício da autoridade marítima nas áreas de jurisdição marítima, lacustre, fluvial e zonas costeiras, bem como nos domínios da administração, segurança e protecção marítimas; o ordenamento do espaço marítimo e do domínio público marítimo da zona costeira; a fiscalização de actividades nos espaços marítimo, fluvial e lacustre e de domínio público marítimo da zona costeira, bem como o cumprimento de normas relativas à protecção dos ecossistemas marinhos e costeiros e das condições de conservação e exploração das áreas de conservação marinha; e o desenvolvimento e aplicação de medidas que assegurem a exploração sustentável, conservação e preservação dos ecossistemas aquáticos (artigo 5º, alíneas a), b), c) e d)).

O Decreto n.º 87-2021, que cria o Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM), determina que a tutela sectorial do InOM, tal como a do INAMAR, é exercida pelo Ministro que superintende as áreas do mar, águas interiores e pescas (artigo 4.º). As atribuições do InOM incluem: o exercício da autoridade de investigação e pesquisa científica nos espaços marítimo, fluvial e lacustre, incluindo os respectivos ecossistemas; a realização de investigação aplicada, monitorização, aconselhamento, e promoção da formação científica e de desenvolvimento da literacia sobre o mar, pesca, aquacultura, biodiversidade, veterinária aquática, ambiente, oceanografia e limnologia nos domínios marinho, costeiro, fluvial e lacustre, com vista a contribuir para a conservação e gestão de ecossistemas e uso sustentável de recursos aquáticos; a definição das prioridades de investigação e pesquisa, em articulação com as entidades relevantes, com vista a assegurar o ordenamento de actividades, optimização da exploração, conservação, gestão sustentável e integrada do ecossistema e ambiente aquático e costeiro (artigo 5.º, alíneas a), d) e e)). As competências específicas do InOM incluem a realização de estudos e monitoria sobre a degradação e restauração de ecossistemas aquáticos e costeiros, a realização de estudos sobre a função e serviços prestados por tais ecossistemas (artigo 6.º, n.º 2, alínea a), subalíneas viii), ix)), bem como a coordenação de actividades de investigação que visem a valorização, conservação e recuperação destes ecossistemas e seus recursos (artigo 6.º, n.º 2, alínea b), subalínea iii)).

O Decreto n.º 82-2021 aprova o Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva (artigo 2.º). O âmbito de aplicação deste Decreto está claramente definido (artigo 3.º), sujeitando o exercício da pesca recreativa e desportiva à emissão prévia de licença de pesca pelo órgão competente da administração pesqueira (artigo 4.º). Reforça o princípio da gestão participativa dos recursos pesqueiros, visando, nomeadamente, garantir uma gestão responsável das pescarias; assegurar o acesso às pescarias por parte dos pescadores recreativos e desportivos, tendo em vista a protecção e a promoção do seu bem-estar; promover a participação destes pescadores na planificação e aplicação das medidas de gestão da pesca; assegurar a adoção da AEP, a educação e sensibilização dos praticantes e comunidades pesqueiras; e prevenir conflitos entre os subsectores das pescas (artigo 5.º, n.º 1 e n.º 2 alíneas a), b), c), d) e f)). O instrumento especifica os requisitos do regime de licenciamento para estes tipos de actividades de pesca (artigos 9.º-17.º), bem como os requisitos em matéria de artes e métodos de pesca (artigos 20.º-24.º), controlos espaciais e temporais (artigos 27.º-28.º), TAC (artigo 29.º) e interdições da pesca de espécies protegidas (artigo 31.º). Os requisitos de desembarque (artigo 32.º), bem como as infrações de pesca e o regime sancionatório aplicável (artigos 39.º-40.º), também são definidos neste Decreto.

O Decreto n.º 74-2021, que aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Administração Pesqueira (RECNAPE), o qual define o estatuto, as atribuições, competências e a forma de organização, bem como o funcionamento da CNAP (artigo 1º do RECNAPE). A CNAP é o órgão consultivo do sistema de gestão participativa dos recursos pesqueiros de nível central, no qual todos os grupos de interesse envolvidos se encontram representados tendo por finalidade a coordenação de esforços para a protecção, conservação e utilização sustentável e responsável dos recursos pesqueiros e respectivos ecossistemas (artigo 2º do RECNAPE), composto por membros do sector público, do sector privado e de associações de pescadores e aquacultores (Artigo 5º, n.º 1, alínea c), do RECNAPE). A CNAP tem competência para se pronunciar sobre, entre outras, as seguintes matérias: políticas e estratégias de desenvolvimento da pesca e

aquacultura; estabelecimento e implementação de medidas de gestão das pescarias e da aquacultura; estado de exploração dos recursos pesqueiros; estratégias e mecanismos de MCS da actividade de pesca e aquacultura (Artigo 3º, n.º 2, alíneas a), b), d) e e) do RECNA).

*A Resolução n.º 29-2021, que aprova o Estatuto Orgânico da Administração Nacional da Pesca (ADNAP, IP), estabelece que a tutela sectorial do ADNAP é exercida pelo Ministro que superintende a área de pesca e aquacultura (Artigo 3º, n.º 1). As atribuições do ADNAP incluem: a gestão, a conservação e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros e o estabelecimento de mecanismos de monitorização e controlo da actividade da pesca; a monitorização do exercício da actividade da aquacultura; a promoção de formas institucionais de envolvimento das comunidades pesqueiras, operadores de pesca e demais actores na gestão participativa dos recursos pesqueiros; a regulamentação e o licenciamento da actividade da pesca e da aquacultura; e a garantia da gestão, da monitorização e do controlo de recursos pesqueiros partilhados com outros Estados vizinhos e da região (Artigo 4º, alíneas c), d), e), f) e g)).*

O Decreto n.º 89-2020, *que aprova o Regulamento da Pesca Marítima – (REPMAR)*, prevê, entre várias disposições relevantes para a AEP, o registo administrativo obrigatório das embarcações e artes de pesca industrial, semi-industrial e artesanal (artigo 7.º); o conteúdo mínimo do plano de desenvolvimento das pescas, tendo em consideração, na sua elaboração, a consulta aos órgãos governamentais descentralizados e a diversos outros intervenientes, bem como a possibilidade de revisão em função da evolução dos dados biológicos, sociais e económicos (artigo 9.º). Este Decreto também estabelece princípios no domínio da gestão das pescarias, que incluem a conservação e utilização adequada dos recursos biológicos aquáticos e dos ecossistemas; a sustentabilidade; a precaução; a gestão participativa; e a cooperação e coordenação institucional (artigo 12.º). A elaboração dos PGP deve ser baseada numa AEP, beneficiar de ampla participação e ter em conta elementos como os PGP existentes, estudos científicos, demarcação de áreas de gestão, medidas de gestão costumeiras e zoneamento das áreas de pesca (artigo 13.º). É concedido aos órgãos de nível provincial, distrital e municipal o direito de propor a adoção de um PGP (artigo 13.º, n.º 3). Compete ao Ministério responsável pelas pescas, sob proposta do Órgão Central de Administração Pesqueira responsável pela investigação das pescas, e após parecer da CNAP, estabelecer o TAC (artigo 17.º) e o total admissível de esforço (TAE) (artigo 18.º). O Decreto salienta também a abordagem participativa na gestão das pescas (artigo 21.º), especialmente por parte dos pescadores artesanais, através dos Conselhos Comunitários de Pesca (artigo 22.º), e das comunidades pesqueiras através do estabelecimento de áreas de pesca de gestão comunitária – para garantir a exploração sustentável dos recursos pesqueiros – nas quais só pode ser exercida a pesca artesanal, de subsistência, recreativa, desportiva, de investigação e experimental (artigo 23.º). O instrumento prevê também vários requisitos em matéria de controlo espacial e artes de pesca (artigos 26.º, 27.º, 37.º-57.º, Anexo II). O Decreto especifica ainda as regras aplicáveis à MCSE, define os vários instrumentos de monitorização (que incluem o diário de bordo de pesca, o sistema de VMS e os relatórios dos observadores) (artigo 130.º) e exige, por exemplo, a comunicação periódica dos dados das capturas efetuadas (artigo 135.º); estabelece mais detalhes sobre o Sistema de Monitorização de Embarcações de Pesca, composto por um Centro de Monitorização e Vigilância instalado no Ministério responsável pelas pescas e um VMS instalado a bordo das embarcações de pesca (artigo



136.º); e estabelece um regime aplicável aos observadores de pesca (artigos 142.º-144.º). São igualmente relevantes para a AEP as disposições em matéria de proteção das espécies (artigo 146.º), conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, incluindo os habitats frágeis (artigos 147.º-148.º), e conservação dos recursos pesqueiros (artigos 149.º-152.º).

O Decreto n.º 80-2020, que aprova o Regulamento para o Controlo Hígio-Sanitário dos Produtos da Pesca, baseia-se em princípios que incluem a segurança alimentar, a proteção dos consumidores, rastreabilidade, responsabilidade e transparência (artigo 4.º). Outro instrumento que abrange uma questão muito específica é o Diploma Ministerial n.º 58-2018, que atualiza as taxas a pagar pela prestação de serviços de inspeção do pescado.

O Decreto n.º 74-2017, alterado e republicado pelo Decreto n.º 60/2018 com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto 21/2021, estabelece os critérios, requisitos e períodos de concessão de direitos da pesca para cada pescaria, prevê regulamentação detalhada sobre os direitos de acesso à pesca e o regime de atribuição de licenças de pesca. Estabelece, entre muitas outras disposições, que os direitos de pesca compreendem o acesso privilegiado da pesca artesanal a uma área de pesca local (artigo 6, alínea e)); a concessão dos direitos de pesca na pesca artesanal sob forma de inscrição na licença de pesca pela respetiva autoridade competente distrital, com isenção do pagamento de taxas (artigo 7, n.º 1, alínea b)); permite que os atos de concessão dos direitos de pesca sejam alterados unilateralmente pelo Estado, à luz de novos conhecimentos científicos ou dados relativos ao ordenamento e gestão da pesca, em conformidade com os princípios da prevenção e da precaução (artigo 22.º); e aloca o montante das receitas provenientes dos diferentes tipos de taxas de licenças de pesca, nomeadamente, ao financiamentos das actividades de fiscalização da pesca e de gestão das pescarias, bem como para o financiamento das actividades das comunidades pesqueiras do respectivo distrito (artigos 46.º e 48.º).

O Decreto n.º 29- 2017 aprova o Regulamento do Uso e Aproveitamento de Albufeiras e Lagos, incluindo a utilização de embarcações sem motor na pesca comercial e recreativa em zonas especificadas, mediante o pagamento de taxas pela referida utilização (artigo 18.º, n.º 2, alínea a)).

O Diploma Ministerial n.º 286-2012 aprova o Regulamento de Funcionamento do Centro de Monitorização e Vigilância, que tem como atribuições a monitorização contínua, via satélite, das embarcações de pesca nacionais e estrangeiras licenciadas para a pesca em águas jurisdicionais moçambicanas, em águas de Estados terceiros ou no alto mar (artigo 6.º). Especifica os requisitos aplicáveis em matéria de VMS, incluindo as responsabilidades do capitão ou do armador da embarcação de pesca no sentido de garantir a manutenção e o bom funcionamento do VMS (artigos 11.º-21.º). Importa sublinhar que o REPMAR, sumariamente analisado acima, prevê a adoção de um regulamento específico para o Centro de Monitorização e Vigilância que, uma vez adotado, revogará o atual (artigo 138.º, n.º 2, REPMAR).

O Diploma Ministerial n.º 22-2008, que aprova o quadro jurídico normativo do Processo de Infração da Pesca, define pormenorizadamente o processo administrativo das infrações de pesca, incluindo a especificação da competência para a emissão do auto de notícia, as

respetivas formalidades, os meios de prova, as garantias, o procedimento a seguir no caso da pesca industrial e da pesca artesanal e as medidas preventivas (artigos 4.º-47.º). Importa sublinhar que o REPMAR, sumariamente analisado acima, prevê a adoção de um novo quadro jurídico aplicável ao processo de infração de pesca que, uma vez adotado, revogará o atual (artigo 166.º, n.º 2, REPMAR).

*O Diploma Ministerial n.º 49-2007, que aprova o Regulamento-Tipo do Comité de Co-Gestão de Pesca*, descreve este Comité como sendo um fórum consultivo da autoridade local de administração pesqueira a quem compete emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas à preservação dos recursos pesqueiros e à gestão das pescas (artigo 1.º), incluindo a fixação de períodos de veda e defeso, propostas de legislação pesqueira, planos de ordenamento e desenvolvimento, proteção das espécies ameaçadas, da zona costeira e do ambiente marinho (artigo 2.º). Integra representantes da referida autoridade, bem como dos conselhos comunitários de pesca, da investigação pesqueira, da inspeção do pescado, da autoridade marítima, entre outros (artigo 3.º) e trabalha em articulação com a CNAP (artigo 11.º).

#### **2.2.4 Legislação primária de outros setores**

A legislação primária de outros setores corresponde às identificações D1 a D5 apresentadas no Apêndice A.

*A Lei n.º 10-2022, atinente à revisão da Lei n.º 5/96, de 4 de Janeiro, aprova a organização, composição, funcionamento e competências dos Tribunais Marítimos*, a quem compete dirimir litígios relacionados com a jurisdição marítima, fluvial e lacustre em matéria cível, criminal e comercial, bem como contravenções marítimas, fluviais, lacustres e de outras matérias de natureza marítima, fluvial e lacustre que não sejam por lei atribuídas a outra jurisdição (artigo 2.º). As competências em matéria cível incluem a utilização, perda, achado ou apropriação de aparelhos ou arte de pesca ou de apanha de mariscos, moluscos e plantas marinhas, ferros, aprestos, armas, provisões e mais objectos destinados à navegação ou pesca, bem como danos materiais (artigo 17.º, alínea m)) e em matéria criminal consistem em julgar os crimes marítimos cometidos na respectiva área de jurisdição e assim tipificados pela lei penal marítima ou outra legislação aplicável (artigo 18.º). A Lei define crimes marítimos como as infracções que pela sua estreita relação com a vida no mar, fluvial ou lacustre, sejam tipificados como tal pela lei penal marítima e outra legislação aplicável (artigo 20.º).

*A Lei do Mar de 20/2019*, recentemente adotada, prevê, de forma ampla, a abordagem ecossistémica, bem como outros princípios relevantes da AEP, como a cooperação e coordenação internacional, regional e transfronteiriça, a gestão adaptativa e a gestão multidisciplinar, transversal e integrada (artigo 5.º, alíneas a), b), c), d)). Este instrumento sujeita o Governo à obrigação de adotar legislação para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho, de acordo com o direito internacional, e proíbe determinadas atividades, incluindo: as descargas intencionais ou não intencionais de resíduos e a poluição marinha proveniente de instalações e dispositivos; a poluição proveniente de embarcações; e a realização de pesquisas geofísicas e/ou geológicas sem levar a bordo da embarcação equipamento de deteção e observação contínua de mamíferos marinhos num raio de

500 metros (artigo 42.º, n.º 2). Institui o Conselho Nacional do Mar, responsável pela execução da POLMAR (artigo 81.º) e cria o *Centro de Coordenação de Operações de Fiscalização Marinha* (CEFMAR), a quem compete assegurar a coordenação da fiscalização marítima e que integra todas as entidades com funções de fiscalização no espaço marítimo de Moçambique (artigo 92.º). Estabelece o que se entende por crimes marítimos, sujeitos à jurisdição dos Tribunais Marítimos, cuja organização, composição, funcionamento e competências são definidas na Lei n.º 10-2022 acima, e que incluem a poluição do espaço marítimo nacional, a destruição da fauna, da flora, dos corais e dos mangais proibidos ou protegidos e a pesca ilegal por estrangeiros (artigo 93.º).

A *Lei do Ambiente de 1997*, com a última redação que lhe foi dada em 2014, estabelece princípios decorrentes do direito de todos os cidadãos a um ambiente ecologicamente equilibrado, consagrado no artigo 90.º da *Constituição de Moçambique de 2004*, revista em 2018. Estes princípios incluem: a precaução; a visão global e integrada do ambiente, que abrange ecossistemas interdependentes, naturais e construídos, que devem ser geridos de forma a manter o seu equilíbrio funcional; bem como a ampla participação dos cidadãos (artigo 4.º, alíneas c), d), e)). Este instrumento jurídico cria, a nível local, serviços responsáveis por garantir a coordenação da ação ambiental e a descentralização, de modo a permitir um aproveitamento adequado das iniciativas e conhecimentos locais (artigo 7.º). Além disso, impõe ao Governo a obrigação de criar mecanismos adequados para envolver os vários setores da sociedade civil, comunidades locais, em particular as associações de defesa do ambiente, na elaboração de políticas e legislação relativa à gestão dos recursos naturais nacionais, assim como na implementação do Programa Nacional de Gestão Ambiental (artigo 8.º).

A Lei do Ambiente proíbe todas as atividades que atentem contra a conservação, reprodução, qualidade e quantidade dos recursos biológicos, especialmente os ameaçados de extinção, e obriga o Governo a tomar medidas, nomeadamente com vista à manutenção e regeneração de espécies animais, recuperação de habitats danificados e criação de novos habitats (artigo 12.º). Além disso, garante expressamente o direito de acesso à informação relativa à gestão do ambiente do país e o direito à educação ambiental formal e informal a conceder pelo Governo, em colaboração com os órgãos de comunicação social (artigos 19.º e 20.º). Estabelece que a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), cujos moldes e formalidades são determinadas por regulamentação específica (artigo 16.º), tem como base um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e prevê o conteúdo mínimo do EIA (artigo 17.º).

A *Lei de Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica de 2014*, com a redação que lhe foi dada em 2017, especifica a descrição das áreas de conservação total e das áreas de conservação de uso sustentável destinadas à conservação dos ecossistemas e à coexistência de comunidades locais com outros interesses e valores a conservar. Estabelece a rede nacional de áreas de conservação (artigo 12.º) e promove a cooperação regional e internacional na gestão dos recursos partilhados nas áreas transfronteiriças, bem como a implementação de abordagens comuns à conservação de ecossistemas e espécies nas referidas áreas (artigo 36.º, n.º 2, alíneas a), c)) e assegura às comunidades locais o direito de apresentarem propostas de criação de áreas de conservação (artigo 38.º).

A *Lei de Florestas e Fauna Bravia de 1999*, com a redação que lhe foi dada em 2017, baseia-se numa gestão integrada e estabelece, entre outras disposições em matéria de proteção dos recursos florestais e faunísticos, as zonas de uso e de valor histórico-cultural destinadas à proteção de florestas de interesse religioso e outros sítios de importância histórica e de uso cultural, de acordo com as normas e práticas costumeiras das comunidades locais (artigo 13.º).

### **2.2.5 Legislação secundária de outros setores**

A legislação secundária de outros setores corresponde às identificações E1 a E16 apresentadas no Apêndice A.

O *Diploma Ministerial n.º 55-2022, que aprova a directiva sobre os contrabalanços da biodiversidade*, estabelece os princípios, metodologias, requisitos e procedimentos para a correcta implementação dos Contrabalanços da Biodiversidade, integrados nos processos de AIA (parágrafo 2.º) sendo aplicável a todas entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras registadas em Moçambique que implementem projectos potencialmente geradores de impactos sobre o conjunto dos valores e recursos naturais existentes no território nacional e nas águas sob jurisdição nacional, e a todos os sectores de actividade sujeitos à AIA (parágrafo 3.º).

O *Decreto n.º 100-2021 cria o Parque Nacional de Maputo* e define os respetivos limites e Zona Tampão (artigos 1.º e 2.º), com vista a garantir a proteção, conservação, preservação e gestão integrada da flora e da fauna, bem como a proteção de locais, paisagens e formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético, no interesse e para recreação pública, representativos do património nacional.

O *Decreto n.º 59-2021 cria os Conselhos de Gestão das áreas de conservação*. Estes Conselhos, estabelecidos para 11 áreas de conservação, garantem a articulação e a coordenação a nível local com todos os intervenientes relevantes na conservação dos recursos naturais existentes, bem como o apoio na sua gestão (artigo 1.º). Os membros destes Conselhos incluem representantes da respetiva área de conservação, administradores dos Distritos abrangidos pela área de conservação, membros dos Conselhos de Gestão de Recursos Naturais, representantes do setor privado, dos Conselhos Comunitários de Pesca, das Associações Sociais, especialistas em conservação, biodiversidade ou fauna bravia, o Chefe da Repartição de Conservação, Turismo e Desenvolvimento Comunitário e o Chefe de Repartição de Proteção e Fiscalização da área de conservação (artigo 2.º). As atribuições dos Conselhos das áreas de conservação incluem, nomeadamente, a revisão do plano de gestão em colaboração com todas as partes interessadas e afetadas, pelo menos uma vez em cada cinco anos; e a resposta às necessidades de desenvolvimento das comunidades que residem legalmente nas áreas de conservação e nas zonas tampão (artigo 3.º).

O *Decreto n.º 97-2020, que aprova o Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e das Praias*, assenta nos princípios da sustentabilidade, da gestão territorial integrada e partilhada, da corresponsabilização, da responsabilidade ambiental, da educação cívica e ambiental, da abordagem coordenada e científica, da participação de todos os cidadãos, da

operacionalização e cooperação internacional, entre outros (artigo 4.º). Prevê disposições, nomeadamente sobre a captura de peixes ornamentais e a apanha de conchas ornamentais (artigo 24.º); a prevenção e combate à poluição (artigos 34.º-36.º) e exige que todas as partes interessadas colaborem com os agentes de fiscalização no exercício das suas funções (artigo 49.º).

*O Decreto n.º 91-2019, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul, FP), sob tutela do Ministro que superintende a área do mar, define as suas atribuições que incluem: captação e disponibilização de recursos financeiros, internos e externos, para projectos e acções das unidades orgânicas do Ministério de tutela sectorial, bem como das demais instituições, públicas e privadas, envolvidas nas actividades das cadeias de valor da Economia Azul; financiamento e garantia da gestão administrativa e financeira dos programas e projectos alinhados com os princípios da Economia Azul (Artigo 5.º, alíneas b) e c)).*

*O Decreto n.º 30-2019, que aprova o Regulamento de Investigação e Pesquisa Científica Marinha, define, nomeadamente, o regime de autorização e os requisitos para a realização atividades de investigação científica marinha (artigos 6.º-23.º) e exige a monitorização ambiental com vista a fornecer orientações informadas para garantir os serviços dos ecossistemas marinhos e costeiros (artigo 24.º). Compete ao Ministério responsável pelas áreas marinhas, através do instituto responsável pela administração e segurança marítima, a fiscalização das atividades de investigação científica marinha exercidas nas áreas sob jurisdição de Moçambique, de acordo com um quadro de coordenação intersectorial e com o apoio dos agentes de fiscalização (artigo 26.º).*

*O Decreto n.º 21-2017, que aprova o Regime Jurídico de Utilização do Espaço Marítimo Nacional, prevê um grande número de disposições relevantes para a AEP. Estabelece os seguintes instrumentos de ordenamento do espaço marítimo (OEP): o Plano de Situação e os Planos de Afetação. Os objetivos destes instrumentos incluem promover a exploração económica sustentável, racional e eficiente do mar e dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas; assegurar a preservação, proteção e recuperação dos valores naturais e ecossistemas costeiros e marinhos e a manutenção do bom estado ambiental do meio marinho; ordenar os usos e atividades a desenvolver no espaço marítimo com o devido respeito pelos ecossistemas marinhos; e prevenir ou minimizar eventuais conflitos entre usos e atividades desenvolvidas no espaço marítimo (artigo 5.º). Este Decreto obriga à cooperação e coordenação transfronteiriça na elaboração, alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de OEP (artigo 7.º). Garante, além disso que todos os interessados têm direito a ser informados sobre a elaboração, aprovação, acompanhamento e avaliação de tais instrumentos (artigo 8.º), bem como o direito de participação de todos os cidadãos, associações científicas, profissionais, sindicais e empresariais, direta ou indiretamente associadas às atividades marítimas, na elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de OEP (artigo 9.º).*

*O Decreto n.º 34-2016 aprova o Regulamento sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção, nos termos da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES). Estabelece, entre outras medidas, as condições e procedimentos aplicáveis à realização de*

transações de comércio internacional no âmbito da CITES que envolvem as espécies incluídas na lista da CITES, incluindo os requisitos para a obtenção de uma licença de exportação (artigo 12.º), de uma licença de importação (artigo 13.º), de um certificado de reexportação (artigo 14.º) e de um certificado de introdução proveniente do mar (artigo 15.º). Dado a inclusão de um número crescente de espécies aquáticas comercialmente exploradas pelo sector pesqueiro no Apêndice II da CITES, e as implicações jurídicas e institucionais decorrentes (Kuemlangan, Nakamura, 2022), é fundamental que o sector pesqueiro tenha conhecimento deste Decreto e colabore com as autoridades responsáveis pela implementação da CITES em Moçambique.

O Decreto n.º 6-2016 cria o *Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, com vista a fomentar e financiar programas e projetos que garantam um desenvolvimento sustentável, harmonioso e inclusivo (artigo 3.º). As suas atribuições incluem a promoção de programas e ações de investigação no domínio do desenvolvimento sustentável e o financiamento de programas de gestão ambiental e de conservação da biodiversidade (artigo 5.º).

O Decreto n.º 54-2015 aprova o *Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (EIA)*. As seguintes atividades são classificadas como sendo de categoria A e, por conseguinte, estão sujeitas à realização de um EIA obrigatório: atividades de pesca industrial que impliquem maior pressão sobre os recursos pesqueiros; e atividades de aquacultura com mais de 100 toneladas de produção anual (artigo 4.º e Anexo II, n.º 2.4). Requer, além disso, que os resultados da avaliação da atividade proposta sejam determinados com base, nomeadamente nos ecossistemas, plantas e animais afetados e na sua importância para a biodiversidade e os serviços ecossistémicos (artigo 9.º, n.º 1, alínea b)). O Decreto descreve ainda a lista de requisitos mínimos do EIA, incluindo a caracterização da situação ambiental e social e a avaliação quantitativa dos serviços ecossistémicos a identificação e análise do impacto do projeto na saúde, género e grupos vulneráveis das comunidades afetadas, a identificação e avaliação dos impactos diretos, indiretos, residuais e cumulativos, bem como as respetivas medidas de mitigação e/ou compensação (artigo 11.º, n.º 2); e prevê um processo de consulta e participação pública (artigo 15.º).

Existem dois regulamentos que delimitam as zonas das áreas marinhas protegidas, nomeadamente, o Decreto n.º 71-2011, *que cria uma Reserva Aquícola Marinha* e o Decreto n.º 42-2009, *que cria a Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro*.

O Decreto n.º 88-2009, *que aprova o Regulamento do Ecoturismo*, baseia-se, nomeadamente, nos princípios da sustentabilidade, da proteção ambiental, da responsabilidade ambiental, da monitorização, da cooperação e da interação educativa (artigo 4.º). Entre outras disposições, sujeita as atividades de ecoturismo a um EIA ou a uma declaração de isenção (artigo 7.º) e impõe requisitos aos operadores ecoturísticos em termos de interação e participação das comunidades locais que vivem nas áreas ecoturísticas ou nas áreas adjacentes (artigo 28.º).

Por último, outros decretos relevantes para a AEP e que incorporam requisitos específicos da AEP são: o Decreto n.º 25-2008, *que aprova o Regulamento para o Controlo de Espécies Exóticas Invasivas*; o Decreto n.º 19-2007, *que aprova o Regulamento sobre Acesso e Partilha de Benefícios Provenientes de Recursos Genéticos*; e o Decreto n.º 45-2006, *que aprova o*

*Regulamento para Prevenção da Poluição e Proteção do Ambiente Marinho e Costeiro*, e que foi parcialmente revogado pelo Decreto n.º 97-2020 analisado acima.

### **2.2.6 Informações suplementares relevantes do Ponto Focal Nacional da AEP**

O setor das pescas interage com as seguintes instituições: a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), para as questões relacionadas com a conservação; o Instituto Nacional do Turismo (INATUR), para assuntos no domínio da cultura e turismo; a Marinha, para assuntos no domínio da defesa do mar e seus ecossistemas; a Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial (PCLF), para as questões de segurança no mar e seus ecossistemas; a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), para as obras públicas, habitação e recursos hídricos; o Instituto do Mar e Fronteiras (IMAF) do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; bem como com outros setores, nomeadamente o científico, tecnológico, universitário e académico, e organizações da sociedade civil (OSC) que operam no domínio marinho e costeiro (p. ex., WWF, Livaningo, CTV, AMA, ABIODES, MEGAFAUNA, ADEL, IUCN, BIFUND e RARE). Constituem exemplos concretos da interação entre estes diferentes intervenientes o controlo do comércio internacional de espécies marinhas (ANAC) e o licenciamento das artes de pesca artesanal pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas.

A elaboração da POLMAR baseou-se numa colaboração multissetorial através da criação de uma Comissão Interministerial composta por representantes dos pontos focais de cada setor relevante. Para o processo em curso de elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), foi criada uma outra Comissão Consultiva que abrange cerca de 14 setores com intervenção direta e indireta no mar. Esta Comissão está incumbida de prestar aconselhamento sobre o processo e é responsável pela sua avaliação e acompanhamento. São realizadas reuniões anuais no âmbito da Comissão Interministerial da Água e da Comissão Interministerial do Mar e Fronteiras. Vários setores, incluindo o setor privado e empresarial e as OSC, participam na elaboração e revisão dos instrumentos jurídicos das pescas e legislação conexas.

Os três projetos que a seguir se referem foram considerados como tendo sido implementados em consonância com uma AEP: (i) o Projeto de Reforço da Resiliência em Comunidades Vulneráveis na Zona Costeira em Moçambique (de maio de 2018 a outubro de 2021), que inclui a componente da resiliência ecológica (a integridade e a saúde ecológica dos ecossistemas e habitats costeiros e marinhos serão reforçadas e/ou mantidas para permitir que os sistemas socioecológicos absorvam e resistam melhor às tensões e choques decorrentes das alterações climáticas); (ii) o Projeto de Pesca Artesanal de Adaptação às Mudanças Climáticas, que contribui para a promoção da prosperidade, rendimentos e subsistência partilhados e sustentáveis das comunidades piscatórias através da melhoria da gestão comunitária de pescarias prioritárias selecionadas e da identificação de uma abordagem expansível para reduzir a vulnerabilidade de Moçambique às alterações climáticas, reforçando a gestão sustentável das pescas e dos recursos naturais (concluído em abril de 2019); e (iii) o Projeto de Desenvolvimento da Aquicultura em Pequena Escala – PRODAPE (com a duração de 5 anos), que aborda a redução do risco de catástrofes e a resposta às situações de catástrofe.





### 3. Conclusão

#### 3.1 Principais lacunas identificadas nos instrumentos políticos e jurídicos analisados

Alguns dos requisitos legais da AEP constantes da Matriz de Verificação Jurídica da AEP do **Apêndice B** não estavam incorporados (X) ou estavam apenas parcialmente incorporados (Ø) nos instrumentos políticos e jurídicos de Moçambique analisados e que constam do **Apêndice A**. Esta subsecção sintetiza as principais lacunas identificadas na análise documental preliminar, sem prejuízo de outras que possam ser identificadas numa análise mais detalhada dos quadros políticos e jurídicos nacionais a nível do país.

Do total de 82 requisitos legais constantes da AEP, foram encontrados **78** nos quadros políticos e jurídicos de Moçambique analisados no presente Relatório Jurídico da AEP. Importa referir que os 82 requisitos legais da AEP são considerados como sendo os requisitos mínimos a incluir na atividade legislativa em prol da AEP, podendo ser posteriormente aprofundados e melhorados na prossecução da implementação da AEP. Com base na presente análise preliminar, **4** requisitos legais da AEP estão ainda por incorporar nos quadros políticos e jurídicos de Moçambique.

Os instrumentos políticos e jurídicos analisados não preveem revisões periódicas dos processos de gestão de conflitos relativos às pescas, o que indica uma lacuna relativamente à Componente 7 da AEP. Outra das lacunas identificadas diz respeito ao TAC, incluindo os requisitos de monitorização das capturas em tempo real, que é um requisito essencial da Componente 9 da AEP.

No que respeita à MCSE, que é de particular relevância para o setor das pescas, a obrigatoriedade de registo de todas as embarcações de pesca que operam nas águas marítimas de Moçambique foi regulamentada mas o regime estabelecido pelo registo administrativo não inclui os requisitos constante da componente da Componente 11 da AEP.

Outra lacuna identificada diz respeito à promoção da eficiência energética nas embarcações de pesca, abrangida pela Componente 15.

#### 3.2 Nível de alinhamento dos instrumentos políticos e jurídicos analisados com uma abordagem ecossistémica às pescas

Para determinar o nível de alinhamento dos instrumentos políticos e jurídicos analisados com a AEP no Relatório Jurídico, foram aplicados os critérios seguintes:

Tabela 4. Critérios para determinar o nível de alinhamento dos instrumentos analisados com a AEP		
Número de requisitos legais da AEP incorporados nos instrumentos políticos e jurídicos analisados	Percentagem de incorporação dos 82 requisitos legais da AEP	Nível geral de alinhamento com a AEP
0 - 30	0 - 36%	Baixo
31 - 50	37 - 61%	Baixo-médio

Tabela 4. Critérios para determinar o nível de alinhamento dos instrumentos analisados com a AEP		
Número de requisitos legais da AEP incorporados nos instrumentos políticos e jurídicos analisados	Percentagem de incorporação dos 82 requisitos legais da AEP	Nível geral de alinhamento com a AEP
51 - 61	62 - 75%	Médio
62 - 72	76 - 87%	Médio-elevado
73 - 82	88 - 100%	Elevado

Os instrumentos políticos e jurídicos de Moçambique analisados no âmbito do presente Relatório incorporam **78** dos 82 requisitos legais da AEP, indicando, por conseguinte, um nível **elevado** de alinhamento com a AEP.

### 3.3 Considerações finais e proposta de via a seguir

Legislar em prol da AEP é uma tarefa complexa e exigente. Tendo em conta os inúmeros instrumentos políticos e jurídicos nacionais relevantes para a AEP, o presente Relatório Jurídico da AEP deverá ser considerado como uma análise documental preliminar. Fornece a base inicial a partir da qual os países podem prosseguir os trabalhos no sentido de melhorar os seus quadros políticos e jurídicos nacionais de forma alinhada com a AEP, contribuindo para o objetivo último da sustentabilidade das pescas.

A incorporação nos quadros políticos e jurídicos nacionais de todas as disposições relevantes da AEP dos instrumentos internacionais juridicamente vinculativos de que Moçambique é Parte, conforme identificado na subsecção 1.2 supra, deve ser uma prioridade no âmbito da melhoria da implementação da AEP a nível nacional. As disposições relevantes para a AEP dos instrumentos internacionais não vinculativos que refletem princípios do direito internacional devem também ser incorporadas nos quadros políticos e jurídicos nacionais.

De um modo geral, os instrumentos políticos e jurídicos de Moçambique analisados no âmbito do presente Relatório demonstram um elevado nível de alinhamento com a AEP. As poucas lacunas identificadas devem ser abordadas de modo a assegurar a implementação integral da AEP no país. As seguintes matérias poderão beneficiar de uma revisão aprofundada e atualização nos quadros políticos e jurídicos relevantes: «disposições institucionais» (especialmente a gestão de conflitos relativos às pescas), «controlo das operações de pesca» (especialmente os TAC), e a «MCSE» (especialmente a incorporação no registo administrativo dos requisitos do registo de embarcações de pesca).

A revisão dos instrumentos políticos e jurídicos no que se refere à «gestão das pescas» e à «MCSE» poderia ser liderada pelo setor das pescas, tendo como base a legislação subsidiária prevista no REPMAR. Outras matérias, como a «participação, coordenação, cooperação e integração de partes interessadas» e as «medidas de conservação», carecem de um envolvimento mais ativo por parte de outros setores na revisão das suas disposições transversais relevantes.

Esta análise preliminar destina-se a apoiar profissionais do direito, decisores políticos e gestores das pescas na realização das diligências necessárias para melhorar a implementação da AEP no seu país.

A revisão das políticas e/ou legislação nacionais constitui um dos inúmeros meios ou processos mediante os quais pode ser levada a cabo uma análise da implementação da AEP. Permite ao país reavaliar os respetivos quadros políticos e jurídicos, identificar as lacunas e/ou necessidades de melhoria, bem como apresentar recomendações para a promulgação de novos instrumentos políticos e/ou jurídicos em prol da AEP e/ou alterar os existentes tendo em vista o seu alinhamento integral com a AEP.

## 4. Referências

### Relatórios e outros instrumentos internacionais

- FAO.** 2021a. *A diagnostic tool for implementing an ecosystem approach to fisheries through policy and legal frameworks*. Rome. <https://doi.org/10.4060/cb2945en>
- FAO.** 2021b. *Un outil de diagnostic pour la mise en œuvre d'une approche écosystémique des pêches à partir des cadres politiques et juridiques*. Rome. <https://doi.org/10.4060/cb2945fr>
- FAO.** 2021c. *Uma ferramenta de diagnóstico para a implementação de uma abordagem ecossistêmica às pescas através de quadros políticos e jurídicos*. Roma.
- FAO.** 2021d. *Legislating for an ecosystem approach to fisheries – Revisited – An update of the 2011 legal study on the ecosystem approach to fisheries*. FAO EAF-Nansen Programme Report No. 36. Rome. <https://doi.org/10.4060/cb6750en>
- FAO.** 2021e. *Ecosystem Approach to Fisheries – Policy and Legal Implementation*. Em: FAO elearning Academy. Rome, FAO. Citado em 8 de abril de 2022. <https://elearning.fao.org/course/view.php?id=753>
- FAO.** 2019. *Progress in the Implementation of the Code of Conduct for Responsible Fisheries and related instruments*. Report of the Thirty-third Session of the Committee on Fisheries, Rome, Italy 9–13 July 2018. FAO Fisheries and Aquaculture. Report No. 1249. Rome. [www.fao.org/3/ca5184en/ca5184en.pdf](http://www.fao.org/3/ca5184en/ca5184en.pdf)
- FAO.** 2016. *A How-to Guide on legislating for an ecosystem approach to fisheries*. Em FAO EAF-Nansen project report No. 27, Rome, FAO.
- Nakamura, J., Kuemlangan, B.** 2020. *Implementing the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES) through national fisheries legal framework: a study and a guide*. Legal Guide No. 4. Rome, FAO.
- Skonhoft, A.** 2011. *Legislating for an ecosystem approach to fisheries. A review of trends and options in Africa* (inglês). FAO EAF-Nansen project report No. 10, Rome, FAO, 2011. 159 p.

### Fontes da Internet

- FAO.** s.d.-a. EAF Nansen-Programme, disponível em <http://www.fao.org/in-action/eaf-nansen/background/history-of-the-nansen-programme/en/> (consultada em 8 de abril de 2020).
- FAO.** s.d.-b. *The EAF IMT tool: monitoring progress and achievements of effective fisheries management*, disponível em <http://www.fao.org/in-action/eaf-nansen/news/detail-events/en/c/1268177/>.
- FAO.** s.d.-c. FAOLEX Database, Country Profiles, disponível em <http://www.fao.org/faolex/country-profiles/en/>.

## Apêndice A. Lista de instrumentos políticos e jurídicos nacionais analisados no âmbito do relatório

Identificação	Instrumentos de MOÇAMBIQUE
<b>A</b>	<b>Políticas das pescas</b>
<b>A1</b>	Política Pesqueira e Estratégias de Implementação, aprovada pela Resolução n.º 11-96
<b>A2</b>	Plano de Gestão da Pescaria de Crustáceos de Profundidade 2021-2025, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 80-2021
<b>A3</b>	Plano de Gestão da Pescaria de Peixes Demersais de Fundos Rochosos 2021-2025, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 80-2021
<b>A4</b>	Plano de Gestão da Pescaria de Camarão de Superfície do Banco de Sofala 2021-2025, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 80-2021
<b>A5</b>	Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura 2020-2030, aprovada pela Resolução n.º 48-2020
<b>A6</b>	Estratégia de Gestão do Mangal 2020-2024, aprovada pela Resolução n.º 33-2020
<b>A7</b>	Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira 2016-2025
<b>A8</b>	Política e Estratégia do Mar (POLMAR) de 2017, aprovada pela Resolução n.º 39-2017
<b>A9</b>	Plano Director das Pescas 2010-2019
<b>A10</b>	Plano Nacional de Acção para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada de 2009, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 58-2009
<b>A11</b>	Política de Monitorização, Controlo e Fiscalização da Pesca e Estratégia de Implementação de 2008, aprovada pela Resolução n.º 26-2008
<b>B</b>	<b>Legislação Primária sobre as Pescas</b>
<b>B1</b>	Lei n.º 22-2013: aprova a Lei das Pescas
<b>C</b>	<b>Legislação Secundária sobre as Pescas</b>
<b>c1</b>	Decreto n.º 21-2022: aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores
<b>c2</b>	Decreto n.º 99-2021: aprova o Regulamento Geral da Aquacultura
<b>c3</b>	Decreto n.º 88-2021: cria o Instituto Nacional do Mar (INAMAR, IP)
<b>c4</b>	Decreto n.º 87-2021: cria o Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM)
<b>c5</b>	Decreto n.º 82-2021: aprova o Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva
<b>c6</b>	Decreto n.º 74-2021: aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Administração Pesqueira (RECNAIP)
<b>c7</b>	Resolução n.º 29-2021: aprova o Estatuto Orgânico da Administração Nacional da Pesca (ADNAP, IP)
<b>c8</b>	Decreto n.º 89-2020: aprova o Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR)
<b>c9</b>	Decreto n.º 80-2020: aprova o Regulamento para o Controlo Higiéico-Sanitário dos Produtos da Pesca
<b>c10</b>	Decreto n.º 90-2019: Concernente a Administração Nacional das Pescas abreviadamente designada por ADNAP que passa a designar-se Administração Nacional da Pesca, IP abreviadamente designada por ADNAP, IP
<b>c11</b>	Diploma Ministerial n.º 58-2018: actualiza as taxas a pagar pela prestação de serviços de inspecção do pescado
<b>c12</b>	Decreto n.º 74-2017: aprova o Regulamento de Concessão de Direitos de Pesca e Licenciamento da Pesca, alterado pelos Decretos n.º 60-2018 e 21-2021
<b>c13</b>	Decreto n.º 29-2017: aprova o Regulamento do Uso e Aproveitamento de Albufeiras e Lagos

Identificação	Instrumentos de MOÇAMBIQUE
<b>c14</b>	Diploma Ministerial n.º 286-2012: aprova o Regulamento de Funcionamento do Centro de Monitorização e Vigilância
<b>c15</b>	Diploma Ministerial n.º 22-2008: aprova o quadro jurídico normativo do Processo de Infração da Pesca
<b>c16</b>	Diploma Ministerial n.º 49-2007: aprova o Regulamento-Tipo de funcionamento dos Comités de Co-Gestão de Pesca
<b>D</b>	Legislação Primária de Outros Setores
<b>d1</b>	Lei n.º 10-2022: atinente a revisão da Lei n.º 5/96, de 4 de Janeiro, que aprova a organização, composição, funcionamento e competências dos Tribunais Marítimos e revoga a Lei n.º 5/96 de 4 de Janeiro
<b>d2</b>	Lei n.º 20-2019: aprova a Lei do Mar
<b>d3</b>	Lei n.º 16-2014 aprova a Lei de Proteção, Conservação, e Uso Sustentável da Diversidade Biológica, com a redacção dada em 2017
<b>d4</b>	Lei n.º 10-99: aprova a Lei de Florestas e Fauna Bravia com a redacção dada em 2014
<b>d5</b>	Lei n.º 20-1997, aprova a Lei do Ambiente, com a redacção dada em 2014
<b>E</b>	Legislação Secundária de Outros Setores
<b>e1</b>	Diploma Ministerial n.º 55-2022: aprova a directiva sobre os contrabalanços da biodiversidade
<b>e2</b>	Decreto n.º 100-2021: cria o Parque Nacional de Maputo
<b>e3</b>	Decreto n.º 59-2021: cria os Conselhos de Gestão das áreas de conservação
<b>e4</b>	Decreto n.º 97-2020: aprova o Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e das Praias
<b>e5</b>	Decreto n.º 91-2019: cria o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (FP)
<b>e6</b>	Decreto n.º 30-2019: aprova o Regulamento de Investigação e Pesquisa Científica Marinha
<b>e7</b>	Decreto n.º 21-2017: aprova o Regulamento que estabelece o Regime Jurídico de Utilização do Espaço Marítimo Nacional
<b>e8</b>	Decreto n.º 34-2016: aprova o Regulamento sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção
<b>e9</b>	Decreto n.º 6-2016: cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável
<b>e10</b>	Decreto n.º 54-2015: aprova o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental
<b>e11</b>	Decreto n.º 71-2011: estabelece a Reserva Aquícola Marinha
<b>e12</b>	Decreto n.º 88-2009: aprova o Regulamento do Ecoturismo
<b>e13</b>	Decreto n.º 42-2009: cria a Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro
<b>e14</b>	Decreto n.º 25-2008: aprova o Regulamento para o Controlo de Espécies Exóticas Invasivas
<b>e15</b>	Decreto n.º 19-2007: aprova o Regulamento sobre Acesso e Partilha de Benefícios Provenientes de Recursos Genéticos
<b>e16</b>	Decreto n.º 45-2006 aprova o Regulamento para Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro, derogado pelo Decreto 97-2020

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓ total    ∅ parcial    X nenhum    • não avaliado    N/A não aplicável    \* opcional

## Apêndice B. Matriz de Verificação Jurídica da Abordagem Ecosistémica às Pescas aplicada em relação aos instrumentos políticos e jurídicos nacionais selecionados

Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
		<b>Âmbito e definições</b>							
Orientações Gerais	1.	– Definir claramente o âmbito geográfico e de aplicação.	✓	✓	✓	✓	✓	(A2) Secção 2.1 (A3) Secção 2.1 (A8) Secções 1 a 12 (B1) Artigos 1.º a 4.º (C1) Artigo 2.º (C2) Artigo 2.º (C9) Artigos 1.º, 2.º (C14) Artigos 2.º e 3.º (C5) Artigos 2.º-3.º (D2) Artigo 2.º (E5) Artigo 3.º (E10) Artigos 1.º a 3.º	
		<b>Princípios e objetivos</b>							
C.1 Conceitos AEP C.3 Abordagem da precaução C.4 Participação dos intervenientes	2.	– Definir e aplicar claramente a abordagem da precaução.	✓	✓	✓*	✓	•	(A6) Secção 1.1 (A7) Secção 4.3 (A8) Secção 15, alíneas g), h) relativas aos «princípios» (B1) Artigo 5.º, alínea b)	

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓ total		∅ parcial		X nenhum		● não avaliado		N/A não aplicável		* opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas		
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>				
C.6 Integração das autoridades de nível inferior C.7 Gestão de conflitos e C.11, C.13, C.14 e C.17								(c1) Artigo 2.º, alínea b) (c2) Artigo 3.º, alínea c) (c8) Artigo 12.º, alínea c) (p2) Artigo 5.º, alínea h)			
	3.	– Ampliar a participação de diferentes intervenientes com a integração das autoridades e órgãos de nível inferior.	✓	✓	✓*	✓	✓	(A6) Secção 1.1 (A7) Secção 4.3 (A8) Secção 15, alínea c) relativa aos «princípios» (B1) Artigo 5.º, alínea c) (c1) Artigos 2.º, alínea c) 20.º (c5) Artigo 5.º (c6) Artigos 5.º, n.º 1 alínea c) (c8) Artigos 10.º, n.º 2, 12.º, alínea d), 13.º, n.º 2, 21.º (p5) Artigo 4.º, alínea e) (E4) Artigo 2.º (E5) Artigos 4.º, 6.º (E7) Artigo 9.º			
	4.	– Garantir o direito de acesso a informações de forma equitativa e transparente.	✓	X	✓*	✓	✓	(A6) Secção 1.1 (A9) Capítulo IV (página 22) (c3) Artigo 2.º, n.º 2, alínea c), subalínea x)			



**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓ total		∅ parcial		X nenhum		● não avaliado		N/A não aplicável		* opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas		
				Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª				
										(c8) Artigo 21.º, n.º 2, alínea i) (c9) Artigo 4.º, alínea i) (b5) Artigo 19.º (e7) Artigo 8.º	
5.	– Promover a coordenação, cooperação e integração a nível institucional.		✓	✓	✓*	✓	✓	(A5) Secção 2.4 (A7) Secção 4.3 (A8) Secção 17, alínea c) (A9) Medidas 21 e 70 (b1) Artigo 5.º, alínea h) (c2) Artigo 3.º, alínea d) (c6) Artigo 6.º, n.º 1 alínea b) (c7) Artigo 15.º, n.º 1 alínea c) (c8) Artigo 12.º, alínea e) (b2) Artigo 4.º, alínea g) (e7) Artigo 7.º			
6.	– Manter as relações ecológicas entre as espécies capturadas, as delas dependentes e as associadas.		✓	X	✓*	✓	●	(A2) Secção 5 (A3) Secção 5 (A4) Secção 5 (A8) Secção 15, alínea g) (c1) Artigo 14.º, n.º 4 (c6) Artigo 2.º, n.º 2 (b5) Artigo 4.º, alínea d)			

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
	7.	– Promover o desenvolvimento sustentável e evitar a sobre-exploração dos recursos marinhos vivos.			✓	✓	✓*	✓	✓	(A1) Parte II, secção 5 (A5) Secção 2.4 (A6) Secção 1.1 (A7) Secção 4.3 (A8) Secção 15, alínea b) relativa a «valores» (B1) Artigo 5.º, alínea a) (c1) Artigo 2.º, alínea a) (c2) Artigo 3.º, alínea a) (c3) Artigo 5.º, alínea d) (c6) Artigo 2.º, n.º 2 (c7) Artigo 4.º, alíneas a) e c) e Artigo 5.º, alíneas a) e e) (c8) Artigo 12.º, alínea b) (D2) Artigo 5.º, alínea e) (E5) Artigos 4.º, 6.º (E7) Artigo 5.º, alínea b)													
8.	– Preservar o habitat marinho, conservar e restaurar os recursos marinhos vivos e a biodiversidade.			✓	✓	✓*	✓	✓	(A6) Secção 1.2 (A8) Secções 22, alínea d), 32 e 35, alínea a) (B1) Artigo 5.º, alíneas a) e e) (c1) Artigos 71.º-72.º (D5) Artigo 4.º, alínea a) (E7) Artigo 5.º, alínea c)														

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas														
				Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª																
	9.	– Promover a saúde dos ecossistemas, incluindo os componentes bióticos e abióticos humanos.		✓	✓	✓*	✓*	✓*	(A2) Secções 2.1, 5 (A3) Secções 2.1, 5 (A4) Secções 2.1, 5 (A6) Secção 1.2 (A7) Secção 4.4 (A8) Secções 16, alínea d), e 33 (B1) Artigo 5.º, alíneas a), b), e) (C1) Artigo 2.º, alínea a) (C3) Artigo 5.º, alínea c) (C5) Artigo 5.º, n.º 2, alínea d) (C8) Artigos 12.º, alínea a), 21.º, n.º 2, alínea a) (D2) Artigo 5.º, alínea a) (E5) Artigo 10.º, alínea a) (E6) Artigos 24.º-25.º														
10.	– Promover medidas de gestão adaptativas, incluindo o seu acompanhamento e revisão periódica.		✓	X	✓*	✓*	✓*	(A2) Página 1264 (C8) Artigos 9.º, 13.º (D2) Artigo 5.º, alínea c) (E12) Artigo 4.º, alínea d)															
11.	– Harmonizar as medidas de gestão, incluindo as relacionadas com recursos partilhados.		✓	X	✓*	●*	●*	(A8) Secção 15, alínea b) relativa aos «princípios» (C1) Artigos 13º e 14.º, n.º 4 (C7) Artigo 4.º, alínea g)															

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
	12.	– Reduzir e gerir os conflitos associados aos recursos haliêuticos e aos ecossistemas entre utilizadores e outras partes interessadas.			✓	∅	✓*	●*	✓*	(A1) Parte III, secção 9.2 (A2) Secção 4.3 (A4) Página 1325 (A6) Secção 1.2 (A9) Capítulo IV (página 22) (B1) Artigo 24.º, (c1) Artigo 20.º, n.º 2, alíneas d), e) (c5) Artigo 5.º, n.º 2, alíneas e) e f) (c8) Artigo 21.º, n.º 2, alíneas d), e) e f) (E7) Artigo 5.º, alínea g)		O disposto em (B1) estabelece medidas de gestão de conflitos no exercício da pesca em geral.											
13.	– Tomar em consideração os contextos socioeconómicos (p. ex., emprego, meios de subsistência, equidade, pobreza, género) durante a elaboração e implementação de medidas de gestão.			✓	✓	✓*	✓*	✓*	(A5) Secção 2.2 (A6) Secção 1.2 (A9) Capítulo IV (páginas 19-20) (B1) Artigo 5.º, alíneas a) e d) (c2) Artigo 3.º, alínea f) (c8) Artigo 21.º, n.º 2, alíneas e) e f) (D2) Artigo 5.º, alíneas e) e j) (E7) Artigo 5.º, alínea g)														

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas													
				Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª																
	14.	– Promover medidas de gestão, designar a autoridade responsável e definir o calendário e o processo de monitorização, acompanhamento e revisão.	✓	X	✓*	●*	●*	(A9) Capítulo VII (página 49) (c1) Artigo 6.º (c6) Artigo 3.º, n.º 2, alínea b) (c7) Artigo 5.º alínea f) e Artigo 15.º n.º 1, alínea a) (c8) Artigos 10.º e 13.º															
15.	– Prever o estabelecimento de medidas de MCSE.	✓	✓	✓*	●*	●*	(A1) Parte III, secção 19.7 (A2) Páginas 1263-1265 (A3) Página 1289 (A4) Páginas 1324-1325 (A7) Página 1065 (A10) Todo o plano (A11) Toda a política (B1) Artigo 8.º, alínea b) (c1) Artigo 64.º (c3) Artigo 6.º, n.º 2, alínea b), subalínea x) (c6) Artigo 3.º, n.º																
16.	– Promover planos/prioridades de investigação baseadas nos ecossistemas, designar a autoridade responsável e definir o calendário e o processo de monitorização, acompanhamento e revisão.	✓	✓	✓*	●*	●*	(A2) Páginas 1267-1271, 1275 (A3) Páginas 1287-1290 (A4) Páginas 1323-1325 (A6) Página 8																

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
								(A8) Secção 90 e Pilar DC.d2 (B1) Artigo 51.º, n.º 2, alínea d) e art. 53.º, n.º 3 (C1) Artigos 14.º-15.º	
	17.	– Promover o direito de acesso à educação e à sensibilização sobre a AEP.	✓	∅	∅*	●*	●*	(A6) Secção 1.1, página 8 (A8) Secções 11, alínea j) e 35, alínea b) (B1) Artigo 5.º, alínea a) (C8) Artigo 21.º, n.º 2, alínea h)	As disposições em (B1) e (C8) são muito amplas, não visando particularmente a educação sobre a AEP.
		<b>Disposições institucionais</b>							
C.2 Limites e medidas de gestão	18.	– Assegurar que os novos limites, medidas e planos de gestão:						(A8) Secção 75 (C8) Artigos 149.º-152.º	
C.4 Participação dos intervenientes		(a) tenham significado em termos ecológicos, considerando os recursos variados, habitats e outros fatores ecológicos.	✓	X	✓	✓*	✓*	(D2) Artigo 5.º (D4) Artigo 13.º (E4) Artigos 1.º-3.º (E10) Todo o regulamento	
C.5 Coordenação, cooperação e integração		(b) estejam estreitamente sobrepostos e harmonizados com os limites de gestão e estruturas de governação já estabelecidos.	✓	X	✓	✓*	✓*	(A8) Secção 75 (C8) Artigos 149.º-152.º (D2) Artigos 6.º a 10.º (D4) Artigo 13.º (E2) Artigos 1.º-2.º (E4) Artigos 1.º-3.º	
C.7 Gestão de conflitos									

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP									
<div>✓ total    ∅ parcial    X nenhum    ● não avaliado    N/A não aplicável    * opcional</div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
C.8 Gestão integrada dos ecossistemas aquáticos	19.	– Promover a cooperação entre Estados em matéria de harmonização das medidas e dos planos de gestão (a nível bilateral, regional e internacional).	✓	✓	✓	✓*	✓*	(A6) Secção 1.1 (A7) Secção 4.3 (A8) Secção 11, alínea g) (B1) Artigo 5.º, alínea h) (C1) Artigo 2.º, alínea d) (D2) Artigo 5.º, alínea b) (E7) Artigo 7.º	
	20.	– Estabelecer mecanismos, órgãos (incluindo as autoridades de nível inferior) e processos transparentes e acessíveis para:  (a) apoiar os limites de gestão e estruturas de governação já estabelecidos com base em considerações ecossistémicas.	✓	∅	✓	✓*	✓*	(A9) Capítulo IV (página 22) (B1) Artigo 23.º, n.º 1, n.º 2, alínea c) (C8) Artigos 149.º-152.º (D2) Artigos 6.º a 10.º (D4) Artigo 13.º (E4) Artigos 1.º-3.º	A disposição em (B1) é ampla no que se refere à sustentabilidade dos recursos pesqueiros e à exploração responsável.
		(b) definir as medidas de conservação e de gestão, incluindo os planos de gestão das pescas, aos níveis local e nacional.	✓	✓	✓	●*	●*	(A2) Páginas 1267-1276 (A3) Páginas 1291-1311 (A4) Páginas 1327-1343 (A5) Anexo I (A9) Capítulo IV (páginas 25-26) (B1) Artigos 9.º, 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea a) (C1) Artigo 6.º (C8) Artigo 5.º	
		(c) facilitar a coordenação, a cooperação e a integração das decisões de gestão, das	✓	✓	✓	✓*	✓*	(A6) Secção 2.1	

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP								
<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>								
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP	Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
			Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
	medidas regulamentares, das políticas, dos planos e dos programas ambientais.						<b>(A9)</b> Capítulo V (página 44) <b>(B1)</b> Artigo 23.º, n.º 1, n.º 2, alínea b) <b>(C6)</b> Artigo 5.º, alínea e) <b>(D3)</b> Artigo 12.º <b>(E4)</b> Artigos 1.º-3.º	
	(d) monitorizar, avaliar e harmonizar as diferentes políticas e planos ambientais.	✓	✓	X	✓*	✓*	<b>(A8)</b> Secção 75 <b>(B1)</b> Artigo 25.º <b>(D3)</b> Artigos 6.º e 7.º <b>(E4)</b> Artigos 1.º-3.º	O Ponto Focal Nacional da AEP salientou que o disposto em <b>(B1)</b> foi implementado através da criação da CNAP e do Comité de Co-Gestão de Pesca, que representam todos os grupos de interesse, promovendo a sua participação na gestão e conservação dos recursos pesqueiros.
	(e) gerir os conflitos relativos às pescas, aos recursos e ecossistemas pertinentes, incluindo os parâmetros para a tomada de decisões e para a resolução de conflitos.	✓	✓	✓	●*	●*	<b>(A9)</b> Capítulo IV (página 22) <b>(B1)</b> Artigo 24.º <b>(C1)</b> Artigo 14.º, 4.º, alínea e)	
	(f) garantir a gestão integrada dos ecossistemas aquáticos (p. ex., zona costeira integrada) com base nas delimitações dos ecossistemas.	✓	X	✓	●*	●*	<b>(A7)</b> Página 35 <b>(A8)</b> Secção 27, alínea a)	



**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>								
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP	Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
			Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
							(c6) Artigo 5.º, alínea e)	
	(g) garantir exames periódicos dos ecossistemas aquáticos sob gestão durante os quais se avalie o estado dos recursos, os níveis de poluição, a degradação dos habitats e outros fatores pertinentes.	✓	X	✓	●*	●*	(A7) Página 35 (A8) Secção 27, alíneas b) e c) (c6) Artigo 5.º, alínea d)	
	(h) garantir exames periódicos dos planos de gestão integrada a fim de avaliar os objetivos e os indicadores e de determinar eventuais necessidades de ajustamento ou revisão.	✓	X	✓	●*	●*	(A8) Secções 27, alínea d), e 75 (c6) Artigo 5.º, alínea d)	O Ponto Focal Nacional da AEP informou que está prevista a realização de uma avaliação quinquenal pelos setores envolvidos, com o objetivo de aferir o grau de implementação das atividades constantes de (A8).
	(i) garantir revisões periódicas dos processos de gestão de conflitos.	X	X	X	●*	●*		
21.	– Definir claramente as competências, as funções e as responsabilidades de todos os órgãos, das autoridades designadas, as relações entre si, e os processos que devem seguir, procurando evitar sobreposições e divergências entre mandatos.	✓	✓	✓	●*	●*	(A2) Páginas 1267-1276 (A3) Páginas 1291-1311 (A4) Páginas 1327-1343 (A5) Anexo I (A6) Páginas 17-32 (A8) Secção 90 (A11) Secção 3.4 (B1) Artigos 6.º, 7.º, 23.º (c1) Artigos 20.º-21.º (c6) Artigos 8.º, 11.º	

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
22.	– Definir os mandatos das instituições governamentais para: (a) coordenar, cooperar e integrar abordagens, desde o nível local ao nível nacional.		✓	✓	✓	✓	✓	(A6) Secção 2.1 (A9) Capítulo IV (página 25) e Capítulo VII (página 48) (B1) Artigo 23.º (C1) Artigos 7.º, 20.º-23.º (C5) Artigo 5.º, n.º 3 (C8) Artigos 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), 22.º, 24.º, 25.º (D5) Artigos 6.º e 7.º (E4) Artigos 1.º-3.º (E6) Artigo 26.º (E7) Artigos 15.º e 22.º (E12) Artigo 28.º	
	(b) coordenar, cooperar e integrar os processos e os acordos regionais e internacionais.		✓	✓	✓	✓	●	(A8) Secções 15, alíneas i) e j) relativas aos «princípios», e 84, alínea b) (B1) Artigos 9.º, 37.º e 73.º (C1) Artigo 5.º, n.º 5 (D2) Artigo 21.º	
	(c) alocar recursos financeiros, humanos e materiais para garantir a integração de autoridades de níveis inferiores		✓	✓	✓	●	✓	(A9) Capítulo IV (páginas 30-32) (B1) Artigo 20.º, n.º 2, alínea d)	

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>• não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>								
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP	Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
			Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
							(c8) Artigo 22.º (c11) Artigos 46.º e 48.º (E12) Artigo 28.º	
	<b>Participação, coordenação, cooperação e integração de partes interessadas</b>							
C.4 Participação dos intervenientes  C.5 Coordenação, cooperação e integração  C.6 Integração das autoridades, organismos e intervenientes de nível inferior  C.8 Gestão integrada dos ecossistemas aquáticos	23. – Assegurar que os organismos criados sejam amplamente representativos (da indústria, do setor artesanal, das universidades, da sociedade civil e das comunidades locais) e que os processos permitam a participação e a coordenação dos intervenientes e das instituições, permitindo a participação e a integração das autoridades e dos organismos de níveis inferiores na afetação de recursos a nível local.	✓	✓	✓	✓	✓	(A1) Parte III, secção 18.1 (A6) Secção 2.1 (A9) Capítulo IV (páginas 25-26) (B1) Artigo 23.º (C1) Artigo 21.º (C5) Artigo 5.º, n.º 3 (C6) Artigos 5.º e 9.º (C8) Artigos 21.º, n.º 3, 22.º (D5) Artigos 7.º e 8.º (E4) Artigo 2.º (E3) Artigo 11 (E7) Artigos 15.º a 18.º	
	24. – Convocar reuniões e audiências públicas e divulgá-las amplamente.	X	∅	✓	X	✓	(B1) Artigo 34.º (C12) Artigos 26.º e 27.º (E1) Paragrafo 5.º (E8) Artigo 15.º	A disposição em (B1) refere-se à oferta pública de direitos de pesca.
	25. – Prever um prazo razoável e suficiente para a apresentação de observações por parte dos intervenientes sobre as propostas de decisão ou de ações relativas à gestão que tenham sido	X	X	✓	X	✓	(C12) Artigo 27.º (E10) Artigo 15.º	

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>• não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
		apresentadas (p. ex., quer durante as reuniões, quer por escrito).							
	26.	– Promover a cooperação internacional para uma gestão integrada eficaz dos ecossistemas aquáticos.	✓	✓	✓	✓	✓	(A6) Secção 1.1 (A7) Secção 4.3 (A9) Capítulo IV (página 33) (A10) Medidas 55-59 (A11) Secção 3.5.2 (B1) Artigo 5.º, alínea h) (C1) Artigo 2.º, alínea d) (D2) Artigo 5.º, alínea b) (E7) Artigo 7.º	
		<b>Gestão das pescas</b> <b>Controlo das capturas</b>							
C.9 Controlo das operações de pesca  C.10 Planos de gestão haliêutica  C.17 Acompanhamento e revisão	27.	– Definir os limites de pescado que podem ser capturados numa pescaria num determinado período (o total admissível de capturas – TAC), restringir a quantidade de peixe que pode ser desembarcado num dia (limite de captura diária) ou estipular limites sobre a quantidade de capturas acessórias e/ou devoluções de uma pescaria – com base em dados científicos e no rendimento máximo sustentável, bem como no princípio da precaução.	✓	∅	✓	N/A	N/A	(A1) Parte III, secção 19.4 (A2) Página 1265 (A3) Páginas 1286-1287 (A4) Página 1323 (B1) Artigo 14º n.º 1 (C1) Artigos 18.º-19.º (C5) Artigo 9.º (C8) Artigos 14.º, 16.º, n.º 1.º, 17.º, 19.º	A disposição em (B1) autoriza o Governo a estabelecer os mecanismos para a limitação do acesso à pesca e de esforço de pesca não contendo qualquer referência à TAC ou aos limites sobre capturas acessórias e ou devoluções de pescarias.
	28.	– Garantir que a autoridade para impor os TAC e para distribuir as quotas individuais seja representativa, e	X	✓	✓*	N/A	N/A	(B1) Artigo 12.º, n.º 1, alínea l)	

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas			Legislação de outros setores			Base política e legal			Comentários e notas explicativas									
					Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>														
		que inclua representantes dos níveis inferiores de governo.																(c1) Artigo 18.º (c5) Artigo 9.º (c8) Artigos 14.º, 16.º, n.º 1.º, 17.º					
29.	– Garantir que os processos relativos aos TAC definam a categoria de embarcações a que se aplica o TAC; o período de tempo para o qual o TAC é declarado; o processo de subdivisão do TAC em quotas individuais; o calendário, a autoridade e o processo participativo para a monitorização e revisão periódicas.			X	X		✓	N/A	N/A									(c1) Artigo 19.º (c8) Artigo 19.º (c12) Artigos 26.º e 27.º					
30.	– Coordenar os TAC, nos casos de unidades de recursos partilhados ou de espécies altamente migratórias, com as medidas de gestão internacionais ou regionais.			X	X		✓*	N/A	N/A									(c1) Artigo 13º					
31.	– Monitorizar as capturas em tempo real e encerrar uma pescaria assim que o TAC for atingido.			X	X		X*	N/A	N/A														
32.	– Anexar controlos de captura às licenças e aos acordos de acesso, incluindo a autoridade responsável pela repartição, emissão e regulamentação das quotas, e os procedimentos a seguir.			X	X		✓*	N/A	N/A									(c12) Artigos 28.º a 30.º					
33.	– Indicar que existe a possibilidade de se instituir controlos adicionais das capturas (limite de captura diária para a pesca recreativa), incluindo a autoridade responsável pela atribuição, emissão e regulamentação de quotas, e os procedimentos a seguir.			X	X		✓*	N/A	N/A									(c1) Artigos 17.º, n.º 3, 18.º, 19.º, n.º 6 (c8) Artigos 16.º, n.º 4 e 19.º					
	Controlo do esforço de pesca/dos meios de produção																						

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>• não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
C.9 Controlo das operações de pesca C.10 Planos de gestão haliêutica C.17 Acompanhamento e revisão	34.	– Definir um vasto regime de licenças de pesca para a regulamentação do acesso às pescas e às embarcações de pesca, que inclua calendários, autoridade e processo de renovação da licença, monitorização e controlo do cumprimento, bem como suspensão e revogação da licença em caso de não conformidade.	✓	✓	✓*	N/A	N/A	(A10) 5.13.1 (pesca industrial e semi-industrial) e 5.13.2 (pesca artesanal) (B1) Artigos 29.º a 36.º e 39.º a 47.º (C1) Artigos 5.º-8.º (C5) Artigos 10.º-17.º (C12) Artigos 31.º a 41.º	
	35.	– Designar uma autoridade responsável pela atribuição, emissão e regulamentação de licenças, especificação da duração da licença, taxas aplicáveis e condições a que a licença pode ficar sujeita.	X	∅	✓*	N/A	N/A	(B1) Artigos 39.º, n.º 5, 42.º, 46.º (C5) Artigo 4.º (C8) Artigo 6.º (C12) Artigos 31.º a 41.º e 44.º	A disposição em (B1) não define a autoridade, mas refere genericamente o «Governo».
	36.	– Definir o processo de estabelecimento das disposições relativas ao controlo do esforço (p. ex., limitação da capacidade da embarcação, limitação da expansão da frota pesqueira, número permitido de dias passados no mar).	∅	∅	✓*	N/A	N/A	(A1) Parte III, secção 11.2 (A2) Página 1264 (B1) Artigo 40.º (C8) Artigo 18.º (C12) Artigos 26.º e 27.º	A referência em (A1) e (A2) diz respeito aos limites do esforço de pesca para a pesca de camarão no banco de Sofala, lagosta e crustáceos de profundidade e à sua monitorização.  A disposição em (B1) é limitada, referindo-se apenas à necessidade de autorização para a

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
									expansão da frota pesca.
	37.	– Descrever os detalhes específicos do regime de licenças de pesca (p. ex., número de licenças a atribuir, condições das licenças para cada pescaria).	✓*	X*	✓	N/A	N/A	(A2) Página 1268 (A3) Páginas 1291-1293 (A4) Página 1337 (c12) Artigo 13.º e Anexo 2	
	38.	– Habilitar a autoridade designada a estipular regulamentação adicional para o licenciamento.	X*	✓	✓*	N/A	N/A	(B1) Artigos 39.º, n.º 5, 42.º, n.º 2 e 43.º, alínea g) (c12) Artigo 51.º	
	39.	– Habilitar a autoridade a regulamentar os controlos do esforço de pesca e respetivos parâmetros.	X*	✓	✓*	N/A	N/A	(B1) Artigo 40.º, n.º 1 e 43.º, alínea b)	
	<b>Controlo das artes de pesca e dos métodos de pesca</b>								
C.9 Controlo das operações de pesca C.10 Planos de gestão haliêutica C.17 Acompanhamento e revisão	40.	– Estabelecer os requisitos relativos às artes e aos métodos de pesca autorizados a ser utilizados em determinada pescaria ou zona, incluindo as especificações técnicas conexas (p. ex., interdições gerais sobre o tipo de artes, métodos de pesca, especificações sobre a conceção e desenho das artes, malhagens mínimas).	✓	✓	✓	N/A	N/A	(A1) Parte III, secções 10.3 e 11.2 (A2) Página 1257 (A3) Página 1279 (A4) Página 1315 (B1) Artigo 48.º (c1) Artigos 31.º-47.º (c5) Artigos 20.º-24.º (c8) Artigos 32.º, n.º 3, 37.º-57.º, 61.º-83.º	
	41.	– Definir as proibições relativas às artes e métodos de pesca altamente destrutivos (p. ex., pesca com	∅	✓	✓*	N/A	N/A	(A8) Página 1064 (B1) Artigos 17.º, n.º 1, e 50.º	A referência em (A8) estabelece a estratégia abrangente

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>• não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
		substâncias tóxicas, com explosivos, com eletricidade, com iluminação).						(c1) Artigo 37.º (c5) Artigo 21.º (c8) Artigo 32.º, n.º 4	de combate às práticas de pesca destrutivas.
	42.	– Definir os requisitos destinados a reduzir os efeitos negativos dos métodos e das artes de pesca (p. ex., interditar a pesca de arrasto em áreas com habitat e fundo marinho sensíveis, exigir o uso de redes biodegradáveis, restringir o uso de Dispositivos de Concentração de Cardumes (DCC) ou exigir o uso de dispositivos de redução de capturas acessórias).	∅	∅	✓	N/A	N/A	(A1) Parte III, secção 11.2 (B1) Artigo 48.º (c1) Artigo 35.º, n.º 3 (c5) Artigos 22.º-24.º (c8) Artigos 37.º-57.º	A disposição em (A1) proíbe pesca de atum com redes de emalhar derivantes, mas não define critérios e em (B1) apenas autoriza o Governo a estabelecer controlos técnicos e de métodos.
		<b>Controlos espaciais e temporais</b>							
C.9 Controlo das operações de pesca c.10 Planos de gestão haliêutica c.17 Acompanhamento e revisão	43.	– Regular a área e os períodos durante os quais as operações pesqueiras podem ou não ter lugar (p. ex., áreas e épocas de defeso da pesca), áreas de defeso ou com uso restrito, operações de pesca interditas ou restringidas (p. ex., proteção da pesca artesanal).	✓	✓	✓*	N/A	N/A	(A2) Página 1264 (A3) Páginas 1286-1287 (A4) Página 1323 (B1) Artigo 16.º (c1) Artigos 5.º, n.º 2, 3, e 24.º-25.º (c5) Artigos 27.º-28.º (c8) Artigos 23.º, 32.º, n.º 6, 58.º, 95.º, 99.º, 102.º (c13) Artigo 18.º, n.º 2, alínea a)	
	44.	– Habilitar a autoridade a definir os controlos em termos de espaço, de tempo e de procedimentos.	X	∅	✓*	N/A	N/A	(B1) Artigo 16.º (c1) Artigo 5.º, n.º 4 (c5) Artigo 27.º, n.º 2, 28.º, n.º 3	A disposição em (B1) não define a autoridade, mas



Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>• não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
								(c8) Artigos 14.º-15.º, 30.º	refere genericamente o «Governo».
	45.	– Garantir a consulta dos intervenientes e das instituições, tanto a nível nacional como a níveis inferiores, durante o processo de definição dos controlos espaciais e temporais.	✓	X	✓*	N/A	N/A	(A9) Capítulo V (página 44) (c1) Artigos 21.º-22.º	
	46.	– Estipular os detalhes técnicos e outros aspetos específicos sobre o controlo das zonas.	✓*	X*	✓	N/A	N/A	(A2) Página 1264 (A3) Páginas 1286-1287 (A4) Página 1323 (c5) Artigo 27.º (c8) Artigos 26. -27.º, 29.º, Anexo II	
		<b>Planos de gestão haliêutica</b>							
C.9 Controlo das operações de pesca  C.10 Planos de gestão haliêutica  C.17 Acompanhamento e revisão	47.	– Designar a autoridade com competência e responsabilidade para elaborar, aprovar, adotar e divulgar um plano de gestão das pescas, com as funções e mandatos devidamente definidos.	✓	∅	✓*	N/A	N/A	(A8) Secção 90 (B1) Artigo 15.º (c1) Artigo 14.º (c8) Artigos 9.º, 13.º (c16) Artigo 2.º, alínea I)	A disposição em (B1) não define a autoridade, mas refere genericamente o «Governo». O disposto em (c16) confere poderes aos comités de cogestão para emitir pareceres e recomendações sobre as propostas de PGP. O ponto focal de AEP informou que de acordo com o disposto em (B1), os PGP de Camarão de Superfície do Banco de Sofala, da

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
									Pescaria de Peixes Demersais de Fundos Rochosos e da Pescaria de Crustáceos de Profundidade para o período 2021-2025 foram aprovados estando, o Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa em fase de harmonização para a sua conclusão.
	48.	– Garantir que os planos de gestão das pescas e medidas conexas estejam em conformidade com os planos de gestão integrada referentes aos sistemas aquáticos que envolvam, p. ex., zonas protegidas ou habitats críticos.	✓	X	✓	●*	●*	(A8) Secção 27 e Página 1067 (c1) Artigo 14.º, n.º 4	
	49.	– Estabelecer o procedimento para aprovação, adoção e publicação do plano de gestão das pescas e sua revisão periódica.	✓	X	✓*	N/A	N/A	(A2) Secções 2 e 7.2 (A3) Secção 2 (A4) Secção 2 (c1) Artigo 14.º (c8) Artigos 9.º, 13.º	
	50.	– Detalhar o processo de elaboração do plano de gestão das pescas, incluindo a colaboração e consulta com os diferentes intervenientes nos vários níveis e setores, bem como o processo participativo transparente para o acompanhamento e a revisão do plano de gestão das pescas num prazo máximo de cinco anos após a elaboração.	✓	X	✓*	N/A	N/A	(A10) Medida 41 (A9) Todo o PGP (c1) Artigo 14.º (c8) Artigos 9.º, 13.º	(A10) estabelece como regra que os PGP devem ser monitorizados e reajustados de três em três ou de cinco em cinco anos.  O primeiro PGP foi elaborado para o

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>															
																							período de 1995-2005 e o segundo para o período de 2010-2019 (A9) – requer a monitorização pelo coordenador de cada componente. A revisão intercalar do segundo PGP foi realizada em 2017.
51.	– Elencar os requisitos mínimos no plano de gestão das pescas:  (a) os objetivos de gestão que tenham em consideração a AEP;			✓	✓	✓*	N/A	N/A	(A2) Secções 2.1, 5 (A3) Secções 2.1, 5 (A4) Secções 2.1, 5 (A9) Capítulo IV (páginas 19-20) (B1) Artigo 15.º, n.º 2, alínea c) (C1) Artigo 14.º, n.º 1, alínea b) (C8) Artigo 13.º, n.º 1														
	(b) descrição biológica das pescas e dos ecossistemas em que têm lugar;			✓	✓	✓*	N/A	N/A	(A2) Secção 3 (A3) Secção 3 (A4) Secção 3 (A9) Capítulo IV (páginas 29-30) (B1) Artigo 15.º, n.º 2, alínea b) (C1) Artigo 14.º, n.º 1, alínea c)														

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
								(c8) Artigo 13.º, n.º 1, alínea c)	
	(c) aspetos sociais, económicos e institucionais da pesca;	✓	✓	✓*	N/A	N/A		(A9) Capítulo V (páginas 34-38) (B1) Artigo 15.º, n.º 2, alínea a) (c1) Artigo 14.º, n.º 1, alínea b) (c8) Artigo 13.º, n.º 1, alínea b)	
	(d) composição das espécies e nível de capturas acessórias, tanto as que são conservadas como as que são devolvidas;	X	X	✓*	N/A	N/A		(c1) Artigo 14.º, n.º 1, alínea d) (c8) Artigo 60.º	
	(e) relações ecológicas entre as espécies exploradas, dependentes e associadas;	✓	X	✓*	N/A	N/A		(A9) Capítulo IV (página 43) (c1) Artigo 14.º, n.º 4	
	(f) impacto de outras atividades antropogénicas sobre os ecossistemas; e	X	X	✓*	N/A	N/A		(c1) Artigo 14.º, n.º 4	
	(g) análise das relações com outros planos de gestão de recursos costeiros e marinhos.	✓	X	✓*	N/A	N/A		(A9) Capítulo VII (página 49) (c1) Artigo 14.º, n.º 4	
	<b>Medidas de conservação</b>								
C.14 Conservação e restauração do habitat e da biodiversidade	52. – Levar em consideração, e incorporar, o habitat e a biodiversidade nos processos de estabelecimento de medidas de gestão (ex. definir os habitats e as espécies ligadas à pesca e tomar medidas para limitar os impactos negativos que a pesca tem sobre os	✓	✓	✓*	✓*	✓		(A2) Página 1264 (A3) Páginas 1286-1287 (A4) Página 1323 (B1) Artigo 48.º	

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		•		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas													
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
		mesmos), bem como os regulamentos sobre as artes de pesca.								(c1) Artigos 14.º, 68.º-70.º (c5) Artigos 29.º e 31.º (c8) Artigos 13.º, n.º 3, 146.º-152.º (b3) Artigos 2.º e 5.º (E14) Todo o Decreto													
	53.	– Garantir uma proteção especial para os mamíferos marinhos, as tartarugas marinhas e as outras espécies marinhas particularmente vulneráveis (ex. estabelecer interdições e limitações) em coordenação com outras designações ou proteções nacionais e com as medidas de gestão e conservação regionais e internacionais.		∅	∅	✓	X*	X	(A3) Página 1288 (A10) Medida 42 (b1) Artigos 14º n.º 1 e nº 2 e 98.º, alínea g) (c5) Artigo 31.º, Anexos VII-VIII (c8) Artigos 146.º-149.º (E16) Artigo 64.º	A referência em (A3) limita-se à proteção dos corais e a referência em (A10) limita-se às tartarugas.  O disposto em (b1) autoriza o Governo a determinar as espécies a proteger em relação às quais é estabelecida a proibição de posse, transporte, armazenamento, processamento e exposição mas a única menção expressa limita-se a caracterizar como infração muito grave a não utilização ou a utilização fraudulenta do dispositivo de exclusão de tartarugas marinhas.													

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>															
	54.	– Garantir a coordenação entre as várias autoridades envolvidas na proteção do meio ambiente marinho.			✓	✓	✓*	✓*	✓	(A7) Capítulo 4, 4.5, (AT-IV) (B1) Artigo 25.º (c1) Artigos 20º n.º 2 a) e 23º n.º 4 (c3) Artigo 6.º nº 2, alínea c), subalínea vii) (c8) Artigos 146.º-147.º (D5) Artigos 6.º e 7.º (E5) Artigo 49.º													
55.	– Estabelecer mecanismos e designar a autoridade responsável pelo seu estabelecimento:  (a) designação e proteção das espécies ameaçadas e em perigo, garantindo a cooperação entre as autoridades ao longo de todo o processo de inscrição, definição e identificação dos fatores de qualificação de cada designação, o processo para inscrição na lista, incluindo as etapas de consulta e as proteções especiais associadas às diferentes designações.			X	∅	✓*	∅*	●	(B1) Artigo 14.º, n.º 2 (c8) Artigo 146.º (D3) Artigo 46.º	A disposição em (B1) é ampla, proibindo a posse, o transporte, o armazenamento, o processamento, a exposição e a venda de espécies protegidas, de um modo geral.  A disposição em (D3) confere poderes ao Conselho de Ministros para aprovar a lista de espécies protegidas, sem especificar o processo nem prever consultas													
	(b) áreas protegidas, garantindo a definição do tipo de áreas protegidas, a descrição dos seus níveis de proteção (ex., reserva marinha, parques, santuários ou áreas marinhas protegidas), o processo de designação, de criação e de gestão de uma área protegida,			∅	∅	✓*	✓*	∅	(A3) Página 1287 (A7) Capítulo 4, 4.5, (AT-I) (B1) Artigo 14.º, n.º 1	A referência em (A3) exige uma avaliação do papel das AMP na conservação da pesca de peixes demersais,													

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>● não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>								
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP	Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
			Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
	incluindo a participação dos intervenientes, em particular das comunidades locais, na consulta e na coordenação com as diferentes autoridades quer a nível nacional quer local.						<b>(c1)</b> Artigos 71.º-74.º <b>(c8)</b> Artigos 149.º-152.º <b>(d3)</b> Artigos 4.º, alínea d), 6.º e 48.º <b>(E11)</b> Todo o regulamento	mas não prevê as respetivas designações, proteção e gestão. A referência em <b>(A7)</b> não explica em pormenor, mas promove a criação de novas áreas marinhas e costeiras protegidas. A disposição em <b>(B1)</b> autoriza apenas o Governo a estabelecer áreas protegidas. <b>(E11)</b> refere-se à criação de uma reserva marinha protegida.
	(c) a restauração de habitats e de ecossistemas alterados ou danificados, garantindo o processo pelo qual se decide quando, onde e como um habitat/ecossistema danificado deve ser restaurado e a implementação de fundos que possam ser utilizados para as atividades de restauração.	X	∅	✓*	✓*	✓	<b>(B1)</b> Artigo 60º n.º 2 <b>(c1)</b> Artigo 74º <b>(c8)</b> Artigos 150.º-152.º <b>(d3)</b> Artigos 44.º e 45.º <b>(E9)</b> Artigo 5.º, alínea e)	A disposição em <b>(B1)</b> estabelece o compromisso geral de reposição do mangal nos casos em que o seu uso é permitido.
56.	–Garantir atividades educacionais e de sensibilização para a promoção da conservação e da restauração dos habitats e da biodiversidade com a criação de fundos especiais para apoiar tais atividades.	✓	X	X*	∅*	✓	<b>(A8)</b> Secções 11, alínea j) e 35, alínea b) <b>(d5)</b> Artigo 20.º <b>(E3)</b> Artigo 6.º, n.º 1, alínea s), n.º 2, alínea b) e c) <b>(E9)</b> Artigo 5.º, alínea d)	A disposição em <b>(d5)</b> é muito ampla e não cria um fundo especial para apoiar atividades educativas.

**Percepção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
C.15 Regulamentação de atividades potencialmente nocivas para os ecossistemas aquáticos	57.	– Adotar medidas para:  (a) regulamentar e reduzir a poluição dos ecossistemas aquáticos a aplicar a todas as atividades passíveis de ter um impacto (o que inclui a pesca, a exploração mineira, a navegação, etc.) e cobrir todos os tipos de poluição, incluindo capturas acessórias, descarga de resíduos, emissões dos navios, escorrências costeiras.			✓	✓	✓	✓	✓	✓	(A7) Capítulo 4, 4.5, (AT-III) (B1) Artigo 17.º, n.º 2 e n.º 3 (C1) Artigos 75.º (C3) Artigo 6.º nº 2, alínea b), subalínea ii) (C6) Artigo 3.º, n.º 2 alínea f) (C8) Artigos 154.º-155.º (D2) Artigos 42.º, 53.º e 58.º (E5) Artigos 34.º-39.º (E7) Artigos 12.º, 22.º e 70.º (E16) Todo o regulamento												
	(b) promover a eficiência energética e reduzir as emissões das embarcações de pesca, dos navios comerciais e das indústrias extrativas, incluindo através de normas sobre eficiência energética, limitações do tamanho das embarcações e restrições em matéria de equipamentos para as embarcações de pesca.			X*	X*	X*	X	X															
	(c) prevenir e eliminar a pesca fantasma através da interdição do abandono de artes de pesca, da obrigação de notificação das autoridades em caso de perda, e da regulamentação dos materiais utilizados no fabrico das artes de pesca.			X	✓	✓	●	●	(B1) Artigos 48.º, 49.º (C8) Artigo 41.º														



Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
	58.	– Exigir autorização prévia para a introdução planeada de qualquer espécie, incluindo espécies destinadas à aquicultura ou ao povoamento, levando em consideração a abordagem de precaução, e estabelecer medidas que impeçam a fuga de espécies exóticas para o meio natural.			∅	∅	✓	X	✓	(A8) Página 1063 (B1) Artigo 57.º, n.º 1, alínea d) (C2) Artigos 9.º, n.º 1, alínea c), 18.º (E14) Todo o Decreto		A referência em (A8) estabelece a estratégia global de promoção da aquicultura com elevados níveis de biossegurança, proteção do ambiente e bem-estar das espécies aquícolas. A disposição em (B1) autoriza apenas o Governo a regulamentar a introdução de espécies.											
C.16 DIA ou EIA	59.	– Regular atividades extrativas marinhas (p ex. extração de minérios ou de petróleo no mar, colheita de plantas marinhas) e outras atividades potencialmente nocivas, incluindo a construção de instalações destinadas à indústria, a colocação de cabos submarinos, exercícios militares, navegação.			X	X	∅X	✓	✓●	(C8) artigo 159.º  (D2) Artigos 51.º a 58.º (E7) artigos 11.º e 60.º	A disposição em (C8) determina a criação de áreas de segurança marítima, mas não regulamenta o exercício de atividades extrativas marinhas.												
	60.	– Exigir uma DIA ou um EIA para todas as atividades suscetíveis de afetar os ecossistemas que suportam as pescarias (p. ex. pesca, aquicultura, exploração mineira, extração petrolífera, desenvolvimento costeiro).			✓	✓	∅	✓	✓	(A2) Página 1264 (A5) Página 1187 (B1) Artigos 63.º, n.º 2 e 64.º (C2) Artigos 42.º e 43.º (D5) Artigos 16.º e 17.º (E1) Paragrafo 6.º (E10) Artigos 3.º, 4.º, 8.º, 10.º e 11.º e Anexo II 2.4 (E12) Artigo 7.º	A disposição em (B1) exige um EIA prévio à utilização áreas de mangal e de aquicultura. A disposição em (C2) sujeita as atividades de aquicultura em massas de água e a utilização de áreas com mangal a estudos ambientais.												

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>• não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
									(E10) É obrigatória a realização de um EIA para as atividades de pesca industrial que impliquem maior pressão sobre os recursos pesqueiros e as atividades de aquacultura com mais de 100 toneladas de produção anual.
	61.	– Detalhar as componentes da DIA ou do EIA que devem, no mínimo, discutir o objetivo/a necessidade da atividade, os ecossistemas que podem ser afetados, os impactos potenciais da atividade proposta e possíveis alternativas ou medidas de mitigação e de reabilitação.	X	X*	X*	✓	✓	(D5) Artigo 17.º (E10) Artigos 9.º, n.º 10, n.º 2 e 11.º, n.º 2	
	62.	– Estabelecer um processo para a apresentação, exame e processo de decisão relativamente às DIA e EIA, incluindo a designação da autoridade responsável por receber, examinar e pronunciar-se sobre a DIA e o EIA (p. ex., o ministro responsável pelo ambiente), a possibilidade de participação do público (p. ex., períodos para comentários e audições), consulta de outras instituições governamentais ou localidades pertinentes, e determinação das medidas de mitigação adequadas.	X	X*	X*	∅	✓	(D5) Artigos 16.º e 17.º (E1) Paragrafo 6.º (E10) Artigos 6.º a 21.º	As disposições em (D5) não explicam em pormenor o processo relacionado com o EIA. Tais pormenores estão previstos em (E10).
		<b>Monitorização e investigação das pescas</b>							
C.13 Investigação em matéria da AEP	63.	– Estabelecer um programa de investigação destinado a aprofundar os conhecimentos e a compreensão da AEP.	✓	X	∅*	∅	✓*	(A2) Páginas 1264-1265 (A3) Páginas 1287-1290 (A4) Páginas 1323-1325	A referência em (C1) obriga à definição de estratégias e acções de investigação, extensão

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

<div> <div>✓ total</div> <div>∅ parcial</div> <div>X nenhum</div> <div>• não avaliado</div> <div>N/A não aplicável</div> <div>* opcional</div> </div>									
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
								<p>(A8) Pilar C (cb.22)</p> <p>(c1) Artigo 10º n.º 1 g)</p> <p>(b3) Artigo 46.º, n.º 2</p> <p>(E3) Artigo 6.º, n.º 2, alínea b) e c)</p> <p>(E6) Artigo 4.º</p> <p>(E9) Artigo 5.º, alínea d)</p>	<p>e fomento da pesca e em (b3) limita-se a promover a investigação sobre o estado da diversidade biológica para a tomada de decisões relativas à gestão das espécies, e a referência em (E9) prevê a promoção de programas de investigação científica para o desenvolvimento sustentável, mas não se refere especificamente à AEP. A disposição em (E6) prevê como condição fundamental para autorização de investigação e pesquisa científica marinha a contribuição para o desenvolvimento técnico-científico nacional e transferência de conhecimento para o país mas não inclui referência à AEP.</p>

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
	64.	– Designar a autoridade responsável por conduzir e envolver os intervenientes no programa de investigação.			✓	X	✓*	X	✓*	(A6) Tabela 1 (c4) Artigo 5.º, alíneas a), d) e e) (E3) Artigo 5.º, alíneas a), d), e)													
65.	– Assegurar que os objetivos do programa de investigação sejam fundamentados nos princípios da AEP, o que pode incluir a investigação sobre as interações entre espécies, o impacto da pesca sobre as unidades populacionais alvo e não-alvo, a identificação das zonas de desova/reprodução e crescimento de juvenis, as zonas de habitat essencial, as taxas de captura incidental e das devoluções ao mar por pescaria, a incidência e o efeito da poluição nas pescarias, o estado da biodiversidade nos ecossistemas, as dimensões sociais e económicas (tais como o emprego, a segurança alimentar), a distribuição das receitas e outras considerações.			✓	X	X*	X	✓*	(A6) Pilar 5 (E3) Artigo 5.º, alíneas a), d), e)														
66.	– Ter em consideração os resultados das investigações no âmbito da AEP na adoção de medidas de conservação e gestão.			X	X	✓*	X	✓*	(c12) Artigo 22.º (E3) Artigo 5.º, alíneas a), d), e)														
	MCSE																						
C.11 MCSE	67.	– Definir um programa de observadores com os detalhes sobre as categorias de embarcações/pescarias a que se aplica e o papel a ser desempenhado pelos observadores (que pode ser adaptado à categoria de embarcação ou ao tipo de pescaria e que se pode limitar à recolha de dados sobre as capturas/esforço e à recolha de amostras			✓	✓	✓	N/A	N/A	(A10) Medida 27 (A11) Secção 3.5.2 (B1) Artigo 51.º (c8) Artigos 142.º-144.º	A disposição em (c8) é limitada, sendo fornecidos elementos mais pormenorizados em (B1)												

**Percepção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
		científicas, ou pode incluir o mandato de registar e/ou de comunicar violações das medidas de gestão).																					
	68.	– Assegurar que os observadores tenham pleno acesso a todas as partes da embarcação e seu equipamento, bem como a todas as localidades do país onde os peixes que foram capturados em águas nacionais sejam carregados, transformados, armazenados ou transbordados.		✓	✓		✓	N/A	N/A	(A11) Secção 3.5.2 (B1) Artigo 51.º, n.º 3 (C8) Artigos 142.º-144.º													
	69.	– Conceber o sistema de acordo com as exigências regionais ou internacionais, tendo em consideração os programas regionais de observadores.		✓	X		X	N/A	N/A	(A11) Secção 3.5.2, alínea b)													
	70.	– Garantir a obrigação do uso de VMS para as embarcações autorizadas a pescar em águas nacionais e nas áreas situadas além da jurisdição nacional (ABNJ), e detalhar as categorias específicas das embarcações de pesca e/ou de pescarias a que se aplica.		∅	✓		✓	N/A	N/A	(A2) Página 1264 (A3) Página 1289 (A10) Medidas 15 e 16 (A11) Secção 4.12 (B1) Artigo 54.º (C1) Artigo 67.º (C8) Artigos 136.º-138.º (C14) Artigos 11.º, 17.º e 18.º	As referências em (A2) e (A3) dizem respeito ao reforço da vigilância da pesca de crustáceos de profundidade e da pesca de peixes demersais de fundos rochosos através da utilização de VMS.												
	71.	– Garantir a declaração dos dados relativos às capturas e ao esforço de pesca, identificando claramente as embarcações que devem apresentar os relatórios (no mínimo, todas as embarcações de pesca comercial que pescam nas águas nacionais e todas as embarcações que arvoem bandeira nacional autorizadas a pescar em águas situadas quer dentro, quer fora da jurisdição nacional), as entidades a quem devem apresentar os relatórios (a autoridade designada), a frequência e o calendário para		∅	✓		✓	N/A	N/A	(A2) Página 1265 (B1) Artigo 52.º (C1) Artigo 65.º (C5) Artigo 32.º (C8) Artigo 135.º	As referências em (A2) obrigam a melhorar a informação estatística de captura e esforço de pesca no Diário de Bordo com informação georreferenciada sobre as pescarias de crustáceos de profundidade.												

**Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
		apresentação dos relatórios, e o método ou o formato nos quais o relatório deve ser apresentado (ex. o peso do pescado, incluindo a percentagem de capturas acessórias, as espécies, as datas da pesca, as zonas onde foi feita a pesca, as artes/métodos utilizados, o tipo de embarcação, a hora de partida das águas nacionais e o estado das capturas nesse momento).																					
72.	– Garantir o estabelecimento e a manutenção de um registo de embarcações de pesca autorizadas a pescar em águas sob jurisdição nacional e as embarcações que arvoem pavilhão nacional autorizadas a pescar em águas situadas fora da jurisdição nacional com a designação da autoridade responsável pela sua manutenção bem como as informações que devem ser registadas para cada categoria de embarcação.			X	✓	✓		N/A	N/A	(b1) Artigo 22.º (c1) Artigo 60.º (c8) Artigo 7.º													
73.	– Assegurar que os registos das embarcações de pesca industrial incluam o nome da embarcação, o Estado de pavilhão e quaisquer outros Estados de pavilhão precedentes, o indicativo internacional de chamada rádio da embarcação, o número da Organização Marítima Internacional (OMI), o sistema de identificação automática (SIA) e o VMS, se for pertinente o comprimento e a arqueação da embarcação, os métodos e as artes de pesca usadas, o nome e a nacionalidade do operador da embarcação bem como dos armadores das embarcações, bem como quaisquer infrações à legislação de pescas associadas à embarcação.			X	∅	∅		N/A	N/A	(b1) Artigo 22.º (c12) Artigo 31.º	A disposição em (b1) determina que os requisitos, condições e elementos a constar do registo devem ser estabelecidos por regulamento e a disposição em C12 estabelece o registo administrativo, mas não inclui os requisitos para registo das embarcações de pesca industriais												
74.	– Descrever em pormenor o processo de registo de todas as embarcações de pesca e assegurar que todas as embarcações de pesca se encontram registadas			✓	∅	∅		N/A	N/A	(a10) Medidas 24, 61, 62, 63, 69	O disposto em (b1) exige que todas as embarcações de pesca												

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

		✓ total	∅ parcial	X nenhum	• não avaliado	N/A não aplicável	* opcional		
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP		Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal	Comentários e notas explicativas
				Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>		
		junto da autoridade marítima ou de pesca competente, incluindo as informações sobre o nome da embarcação, o Estado de pavilhão e quaisquer outros Estados de pavilhão precedentes, o indicativo internacional de chamada rádio da embarcação, se for pertinente o número da Organização Marítima Internacional (OMI), o sistema de identificação automática (SIA) e o VMS, se for pertinente o comprimento e a arqueação da embarcação, o nome e a nacionalidade dos armadores das embarcações, bem como quaisquer infrações à legislação de pescas associadas à embarcação.						(b1) Artigo 22.º (c12) Artigo 31.º	sejam registadas no registo administrativo a e a disposição em C12 estabelece o registo administrativo mas que não incorpora as informações requeridas incluindo sobre a embarcação, o pavilhão e o armador.
75.		– Detalhar as especificações em matéria de marcação das embarcações de pesca e das artes de pesca em conformidade com as normas aprovadas a nível internacional.	∅	∅	✓	N/A	N/A	(A10) Medida 51 (b1) Artigo 49.º (c1) Artigos 48.º-51.º (c8) Artigos 90.º-92.º, 94.º	A referência em (A10) limita-se à marcação das embarcações de pesca e a disposição em (b1) limita-se à marcação das artes de pesca.
76.		– Assegurar a cooperação e a coordenação entre as autoridades de pesca e as autoridades marítimas durante todo o processo de registo.	✓	X	X	✓	N/A	(A10) Medida 69 (A11) Secções 3.4 e 3.5, alínea a) (p1) Artigos 81.º e 92.º	O Ponto Focal Nacional da AEP informou que estão agendadas reuniões anuais no âmbito do Centro de Coordenação de Operações de Fiscalização Marinha (CEFMAR), cujo regulamento está em elaboração, bem como do Conselho Nacional do Mar (CNM).

Perceção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>	Prim. <sup>a</sup>	Sec. <sup>a</sup>															
	77.	– Garantir que os agentes autorizados disponham de poderes de execução da lei, que estejam autorizados a entrar a bordo das embarcações e a proceder à inspeção das mesmas (em alto mar ou no porto) bem como de outros locais ligados à pesca, a examinar os diários de bordo, os registos, as artes e as capturas, a investigar e a recolher provas, a apreender o pescado, as artes e as embarcações, e a interrogar, deter e prender pessoas associadas a suspeitas de infrações de pesca.			∅	✓	✓	N/A	N/A	(A1) Parte III, secção 19.7 (B1) Artigos 72.º e 73.º (C1) Artigos 83.º-85.º (C8) Artigos 160.º-164.º	Referência em (A1) obriga à presença de fiscais de pesca nas zonas mais vulneráveis a ocorrência sistemática de infrações mas não determina os seus poderes.												
	78.	– Garantir que os controlos exercidos sobre o desembarque e o transbordo de pescado, tanto em alto mar como no porto, e por embarcações nacionais ou estrangeiros, sejam realizados em conformidade com os instrumentos regionais e internacionais.			✓	∅	✓	N/A	N/A	(A11) Secção 3.5.2 (B1) Artigo 99.º (C1) Artigo 58.º (C5) Artigo 30.º (C8) Artigos 98.º, 118.º, 122.º-126.º	O disposto em (B1) classifica como infração de pesca grave o transbordo dos produtos da pesca não autorizados ou em porto diferente do autorizado.												
	79.	– Fornecer especificações adicionais para o VMS e detalhes específicos sobre o processo de registo.			X*	X	✓	N/A	N/A	(C1) Artigo 67.º (C14) Artigos 11.º a 21.º													
		Processos de execução e regime de sanções																					
C.12 Infrações, sanções e procedimentos administrativos e judiciais	80.	– Detalhar as infrações à pesca (de natureza cível ou penal) e as penas e sanções correspondentes, ponderadas em função do nível de gravidade da infração, mas delineadas de modo a manter a sua severidade ao longo do tempo (p. ex., utilizando fórmulas como uma percentagem do valor do mercado total da venda das capturas ilegais, ou unidades de penalidade).			X	✓	✓	✓	✓	(B1) Artigos 98.º a 109.º (C5) Artigos 39.º-40.º (C9) Artigo 69.º (C15) Artigos 31.º-34.º (D3) Artigos 53.º a 63.º (E8) Artigos 25.º-27.º	A disposição em (C15) limita-se a prever que o regime de sanções será definido pelo Ministério responsável pelas pescas. Este regime está previsto em (B1).												



**Percepção do nível de alinhamento com os requisitos legais da AEP**

✓		total		∅		parcial		X		nenhum		●		não avaliado		N/A		não aplicável		*		opcional	
Componentes da AEP	Requisito legal da AEP			Política das pescas	Legislação de pescas		Legislação de outros setores		Base política e legal		Comentários e notas explicativas												
					Prim.ª	Sec.ª	Prim.ª	Sec.ª															
	81.	– Estabelecer processos administrativos transparentes e equitativos com vista a determinar e confirmar as infrações, aplicar penas e sanções apropriadas, com a possibilidade de resolver o caso através do pagamento de pena pecuniária ou de resolução extrajudicial.			X	✓	✓	✓	✓	(b1) Artigos 74.º a 97.º (c1) Artigo 87.º (c8) Artigos 165.º-166.º (c15) Todo o regulamento (d3) Artigos 53.º a 63.º (E5) Artigos 48.º-53.º (E7) Artigos 84.º a 88.º (E10) Artigos 28.º e 29.º (E11) Artigos 45.º-55.º													
82.	– Implementar processos judiciais para determinar e confirmar as infrações e aplicar as penas e sanções apropriadas às partes infratoras, prevendo o direito de recurso.			X	∅	X	✓	X	(b1) Artigo 83.º (d1) Artigos 18.º, 20.º e 32.º-58.º (d2) Artigo 93.º (d5) Artigos 21.º a 27.º	As infrações de pesca estão sujeitas a um processo administrativo, exceto no que diz respeito ao crime de resistência com violência ou de ameaça de violência contra um agente de fiscalização, que será tratado no âmbito da lei penal. Por conseguinte, a legislação das pescas não estabelece procedimentos judiciais.													



A abordagem ecossistémica às pescas (AEP) é um processo de gestão em função dos riscos para o planeamento, gestão, desenvolvimento, regulamentação e monitorização da pesca e das atividades conexas de pesca. A AEP aborda as consequências ecológicas da atividade pesqueira, bem como os aspetos sociais, económicos e institucionais da sustentabilidade das pescas. A existência de quadros legislativos e regulamentares adequados é fundamental para o êxito da implementação da AEP. A revisão e atualização contínuas de informações sobre os instrumentos legislativos e regulamentares exigem a análise dos quadros jurídicos existentes em todos os níveis de governação, para aferir se continuam em vigor, válidos e alinhados com as normas do direito internacional em matéria de pescas, incluindo a AEP. O presente trabalho foi elaborado com vista a analisar o nível de alinhamento dos instrumentos políticos e jurídicos de Moçambique. Com base nesta análise preliminar, os decisores políticos, os profissionais do direito e os gestores das pescas podem tomar as medidas necessárias para melhorar a implementação da AEP no seu país. Tais medidas podem incluir a alteração da legislação existente e/ou a promulgação de nova legislação e o desenvolvimento de novas políticas tendo em vista o seu alinhamento integral com a AEP.

**Para mais informações, consultar:**

**O Programa EAF-Nansen**

Pesca e aquicultura – Recursos Naturais e Produção Sustentável  
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

**Contacto:** [info-eaf-nansen@fao.org](mailto:info-eaf-nansen@fao.org)

**Sítio Web:** <http://www.fao.org/in-action/eaf-nansen/en/>



**Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura**



**Norad**



ISBN 978-92-5-137198-5



9 789251 371985

CC2557PT/1/11.22